



**Unidade de Acolhimento Institucional
Nosso Lar**

UNIDADE DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

NOSSO LAR

Fernanda Letícia Hach

Orientadora: Taís Trevisan

Lages, 2018

“Sempre que se tenha em pauta a discussão do futuro da Humanidade, a questão vital, que de imediato ressalta, diz respeito a criança.”

AGRADECIMENTOS

À minha família, em especial meus pais, meus irmãos e meu namorado, obrigado pelo apoio nesses últimos cinco anos, vocês foram pacientes e compreensivos, sempre estiveram ao meu lado acreditando em mim.

Aos amigos que ao longo de todo o percurso acadêmico a Arquitetura me apresentou, meu muito obrigada, vivemos juntos momentos de angústias e aflições, porém dividimos também momentos de alegria e diversão.

Aos professores em geral que, com esforço, sabedoria e paciência me transmitiram seus conhecimentos.

A minha professora e Orientadora, agradeço pelo carinho, atenção e dedicação durante essa etapa.

RESUMO

A proposta a ser apresentada neste trabalho tem como objetivo elaborar uma Unidade de Acolhimento Institucional no município de Otacílio Costa, destinada a crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos de idade, que estejam sob tutela do Juizado de Menores, temporariamente afastadas da convivência familiar ou que se encontrem em situação de risco. Tendo como foco principal a elaboração de um espaço que acima da função de lar acolhedor, fomenta e colabora para um desenvolvimento seguro e saudável daqueles(as) que terão a Unidade como Casa, oferecendo-os através da Arquitetura, base para uma melhor perspectiva da vida adulta.

PALAVRAS-CHAVE

Unidade de Acolhimento Institucional, Crianças, Adolescentes, Otacílio Costa.

Introdução Pg. 15

Objetivos Pg. 17

Justificativa Pg. 17

2

Psicologia Infantil Pg. 33

Código de Menores Pg. 35

ECA Pg. 37

1

Importância da Arquitetura no Desenvolvimento e Comportamento Infantil Pg.21

Breve Contexto Histórico do Acolhimento Institucional no Brasil Pg. 23

Infância e Adolescência no Brasil Pg. 24

Unidades de Acolhimento Institucional Pg. 25

Definição de Tipologias Pg. 26

Dados Censitários Pg. 29

3

Breve Histórico do Município de Otacílio Costa Pg. 43

Otacílio Costa - Unidade de Acolhimento Pg. 46

Leitura de Projetos Pg. 59

4

5

Projeto Arquitetônico de uma Unidade de Acolhimento Institucional Pg. 73

Conclusão Pg. 81

Referências Pg. 84

INTRODUÇÃO

Introdução

O presente trabalho tem por objetivo principal desenvolver um ambiente de acolhimento para crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos de idade, que encontram-se em situação de risco, abandono e negligência, no município de Otacílio Costa, estado de Santa Catarina.

Através de pesquisas e estudos busca-se apresentar um espaço destinado a permanência em tempo integral da criança e do adolescente, onde os mesmos receberão suporte e acompanhamento psicológico de profissionais.

A família é o núcleo de maior importância na vida em sociedade, nesse ambiente ocorre a formação psíquica, moral, social e espiritual da criança. Porém para muitas crianças e adolescentes o convívio familiar é rompido muito cedo, sendo as Unidades de Acolhimento o destino para as mesmas.

Acreditando ser de extrema importância a formação e o desenvolvimento da personalidade das crianças abrigadas, a finalidade deste projeto é colaborar com o desenvolvimento humano, desenvolvendo um ambiente que lhes proporcione bem estar e segurança.

Busca-se por meio da Arquitetura gerar um espaço que acolha e ao mesmo tempo desperte os estímulos afetivos, físicos, cognitivos e sensoriais desses menores visando fortalecer o desenvolvimento das diferentes habilidades ao longo da vida.

(...) investir na construção de uma perspectiva de análise mais abrangente, que valorize a realidade multifacetada dos abrigos para crianças, mas sem perder de vista o debate sobre aspectos específicos relacionados ao seu processo de gestão como instrumento da política social, ao enfrentamento de práticas que promovem segregação, confinamento e ruptura dos vínculos familiares, à valorização da dimensão protetiva dessa modalidade de cuidado realizada em ambiente coletivo. (CAVALCANTE et al., 2007, p. 347)

Para a concepção deste trabalho foram realizadas pesquisas a fim de se obter informações sobre a história e a evolução das Unidades de Acolhimento, Abrigos e Orfanatos no Brasil, análises sobre a legislação existente a respeito do tema, como o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores, levantamento de dados sobre a Unidade de Acolhimento do município de Otacílio Costa, leitura de projetos arquitetônicos similares ao tema, delimitação e estudo da área de implantação do projeto.

Objetivos

Objetivo Geral

Analisar como o uso da Arquitetura pode influenciar positivamente no desenvolvimento e na qualidade de vida das pessoas e desenvolver uma proposta de partido geral para uma Unidade de Acolhimento Institucional, tendo como público alvo crianças e adolescentes do município de Otacílio Costa que se encontrem temporariamente afastadas da convivência familiar ou em situação de risco.

Objetivo Específico –

O foco central do trabalho é a elaboração do projeto de uma Unidade de Acolhimento Institucional para crianças e adolescentes no município de Otacílio Costa possuindo os seguintes objetivos específicos:

- Analisar como a Arquitetura influencia no comportamento e no desenvolvimento das crianças;
- Conceituar Unidades de Acolhimento;
- Compreender as necessidades das crianças e adolescentes que tem as Unidades de Acolhimento como moradia;
- Identificar e garantir os direitos a convivência familiar e comunitária das crianças;
- Apresentar as características para se desenvolver um ambiente seguro e confortável para crianças e adolescentes;
- Expor modelos de espaços que despertem e estimulem crianças e adolescentes.

Justificativa

Neste exato momento centenas de milhares de crianças encontram-se vivendo em abrigos nas mais diversas regiões do Brasil e do mundo, lugares estes que oferecem as mais variadas condições de comodidade, lazer e infraestrutura, alguns sendo habitáveis, outros não oferecendo o mínimo de estrutura para receber e acolher os que ali vivem, que é conforto e segurança. O passo inicial para se solucionar ou amenizar uma questão como esta deve ser dado, mesmo que em uma escala menor, procurando oferecer algo para a sociedade, ou para uma cidade com menos de 20 mil habitantes como é o caso de Otacílio Costa, que é o propósito desta proposta.

Em 1990 através da Lei 8.069, o ECA estabeleceu proteção integral as crianças e adolescentes entre 0 e 18 anos de idade, assegurando-os seus direitos sem qualquer discriminação. Acreditando que uma boa base/estrutura é o que mantém uma edificação de pé, não poderia ser diferente para com o Ser Humano, o mesmo precisa de uma base, que lhe ofereça carinho, conforto e atenção. Quando no convívio familiar são os pais, os irmãos, os parentes que garantem esse suporte, porém quando as crianças e adolescentes tem as Unidades de Acolhimento Institucional como “lar”, os que ali convivem com elas é que darão a sustentação para o desenvolvimento saudável, sendo de grande importância essas Unidades oferecem um ambiente/espço acolhedor que abrigue e estimule o desenvolvimento destes que se encontram ali, fragilizados.

Capítulo 1 – Levantamento Teórico



Importância da Arquitetura no Desenvolvimento e Comportamento Infantil

Quando se fala em Arquitetura, a mesma está relacionada a organização dos espaços. Espaços estes onde o Homem se relaciona e vivencia atividades diariamente com a família, amigos e com a sociedade, o que pode influenciar positivamente ou não no comportamento daqueles que passam por ali. Sendo assim é possível desenvolver espaços que interfiram e estimulem as relações entre os seus usuários.

Desde a fecundação no útero materno até o momento do falecimento, o homem experimenta diferentes processos de transformação, o que se pode denominar como desenvolvimento humano. Esse processo ocorre ao longo de toda a vida, o que gera mudanças no indivíduo, sejam elas físicas, psicológicas ou sociais.

Por meio de pesquisas, concluiu-se que as Unidades de Acolhimento são instaladas na grande maioria em edifícios que eram destinados a outro uso, sendo necessária a adaptação destes, gerando na maior parte dos casos ambientes inadequados para o que será instalado e desenvolvido no local. Nesses edifícios serão vivenciadas experiências sob dois pontos de vistas diferentes, o dos usuários que utilizaram o espaço em tempo integral que seriam as crianças e adolescentes, e o dos educadores e funcionários que se revezaram em turnos.

Os ambientes que sucedem o crescimento infantil devem ser preparados para receber as crianças, respeitando seus direitos e incentivando-as a

desenvolver sua identidade, construir a sua autonomia e aprimorar seu próprio conhecimento.

É no espaço físico que a criança consegue estabelecer relações entre o mundo e as pessoas, transformando-o em um pano de fundo no qual se inserem emoções [...] nessa dimensão o espaço é entendido como algo conjugado ao ambiente e vice-versa. Todavia é importante esclarecer que essa relação não se constitui de forma linear. Assim sendo, em um mesmo espaço podemos ter ambientes diferentes, pois a semelhança entre eles não significa que sejam iguais. Eles se definem com a relação que as pessoas constroem entre elas e o espaço organizado. (HORN, 2004, p. 28)

O governo brasileiro disponibiliza documentações destinadas a fornecer informações e orientações técnicas para os serviços de Acolhimento, o que dificilmente garante qualidade ao ambiente, pois muitas vezes as questões psicológicas e sociais desses usuários não são levadas em consideração.

Com o tempo várias alterações físicas e de uso vão sendo realizadas nos ambientes, modificando-o busca-se adaptar o lugar para as atividades que ali serão realizadas, revelando um processo de apropriação do espaço pelos moradores, criando laços, dão uma nova personalidade ao ambiente, como afirma Oliveira (2008, p.37): “ Assim como o apego, a possibilidade de se apropriar de determinado espaço favorece o processo de ressocialização.”

O sucesso de um espaço está relacionado a diferentes aspectos que motivam a interação da pessoa com o Ambiente, quando as informações do ambiente não condizem com o propósito das atividades e não favorecem a interação que ali serão realizadas, as consequências no comportamento do usuário tendem a ser negativas. A Habitabilidade diz respeito a um conjunto de aspectos que interferem nas atividades e na satisfação das necessidades dos moradores, é um dos aspectos mais importantes, pois é através dele que os moradores estabelecem suas relações com o ambiente.

Todo espaço verdadeiramente habitado traz a essência da noção de casa”. Essa conexão com a casa é tão forte que na sua ausência, a pessoa procura diversas formas de reprodução da noção de casa. Por menos concreta que esta noção seja, ela é “essencial para a integridade psíquica do indivíduo, que a reproduz na tentativa de manter os nexos simbólicos que ordenam a vida social, rompidos com a situação de exclusão. (BACHELARD, 1988, p. 112)

Outro aspecto observado foi a territorialidade que define a relação do interior com o exterior, delimitando fronteiras. O indivíduo cria o seu território e o protege contra possíveis invasores. Alguns elementos influenciam e crescem esse aspecto como os muros e até a disposição de mobiliário.

Ao definir territórios a pessoa está limitando e controlando a interação com o outro e com o mundo, bem como definindo sua identidade e seu papel na sociedade.(OLIVEIRA , 2008, p. 43)

A privacidade está associada ao controle que o homem tem do acesso a si mesmo ou ao grupo onde se encontra inserido, sendo ele responsável pelo controle dessa interação. No caso das Unidades de Acolhimento é importante a instalação de espaços que potencializem a privacidade dos usuários, pois o fato de estarem sendo vigiados constantemente assemelha o ambiente a uma prisão o que prejudica a interação entre os usuários gerando conflitos.

À privacidade estão ligados os seguintes elementos arquitetônicos: paredes, aberturas, disposição dos espaços e equipamentos, arranjo da mobília, acústica, quantidade de espaço, dimensões das salas, etc.(ALMEIDA, 1995, p.28)

A identidade juntamente com a territorialidade, são os aspectos que potencializam o sentimento de pertencimento do local pelos usuários, segundo Oliveira (2008, apud. Malard 1992), identidade poderia ser definida como todas as qualidades, crenças e ideias que fazem alguém sentir-se ao mesmo tempo indivíduo e membro de um grupo particular.

A ambiência refere-se ao espaço organizado de maneira a torná-lo confortável e agradável, buscando atender as necessidades para a realização das diferentes atividades propostas ao local, assegurando aos usuários sensações de segurança e conforto.

O conceito de Habitabilidade da Unidade Habitacional está associado ao conceito de ambiência, que está relacionado à necessidade de se estar confortável em termos de: adequação sociocultural (materiais locais em que foram feitos móveis, utensílios e em que foram elaborados pisos, paredes e tetos) e adequação ambiental (temperatura, ventilação, luminosidade e da quantidade e qualidade do ruído inserido dentro do espaço arquitetural. (COHEN, 2006, P. 194)

Considerando a Unidade de Acolhimento o local onde crianças e adolescentes realizam interações e atividades, este local possuiu grande potencial para contribuir no desenvolvimento das relações. A partir de visita realizada na Unidade de Acolhimento do município de Otacílio Costa, notou-se a carência de espaços preparados para desenvolver com as crianças as relações citadas anteriormente, justificando a escolha do projeto para se elaborar um partido arquitetônico de uma Unidade de Acolhimento Institucional no município de Otacílio Costa.

Breve Contexto Histórico do Acolhimento Institucional no Brasil

No período colonial, de 1500 até 1822, o Brasil possuía um vínculo com a metrópole portuguesa, de onde vinham as leis e ordens que aqui deveriam ser aplicadas.

Era dever dos padres jesuítas cuidar das crianças indígenas, eles tinham como objetivo cristianizar as populações indígenas do território colonial. Catequizando-as e incorporando-as ao trabalho.

Com a exploração da madeira, ouro e açúcar, o trabalho escravo passou a ser mais utilizado, tornando-os objeto econômico. Os índices de mortalidade infantil nesse período eram muito altos, pois as mulheres escravas eram separadas de seus filhos muito cedo para servirem de amas de leite para os filhos dos senhores.

Mesmo com a lei do Ventre Livre, de 1871 que tornava livre todos os filhos de mulheres escravas nascidos a partir da data da lei, a mesma estabelecia que as crianças escravas poderiam ficar sob os cuidados dos senhores até os 21 anos de idade ou serem entregues ao governo. As relações sexuais entre os senhores e as escravas era uma prática comum, o que tinha por consequência grande número de filhos ilegítimos, que eram abandonados devido a pobreza e preconceito da opressão social.

Em 1726 foram propostas duas medidas pelo então vice Rei da época: ajudar as crianças reunindo esmola que eram coletadas na comunidade e/ou internar as crianças. É aplicado neste período no Brasil a “Roda” formada por um cilindro de madeira que foi colocado no local denominado Casa dos Expostos a fim de receber as crianças. A primeira roda foi criada na Bahia no mesmo ano.

De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (MARCÍLIO, 1998, não paginado)



Imagem do Abandono de uma criança na Roda dos Expostos SÉC 19.

Fonte – Google Imagens

No final do século XIX havia aproximadamente trinta “asilos” de órfãos, que foram criados para abrigar meninos e meninas que viviam pelas ruas.

Em maio de 1888, a Princesa Isabel assinava a Lei Áurea, abolindo de vez a escravidão no Brasil. No ano seguinte em 1889 acontecia a Proclamação da República. Neste período os médicos começaram a se preocupar com o grande aumento do número de crianças órfãs, devido as grandes taxas de mortalidade infantil.

Infância e Adolescência no Brasil

O Acolhimento Institucional é considerado uma das principais soluções aplicadas pelo governo para tratar questões da infância. Até o surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA em 1990, as legislações que tratavam dessas questões se resumiam ao Código de Menores, nas duas versões, de 1927 e de 1979. Ambas tratavam da assistência, proteção e vigilância ao menor, que eram classificados como abandonados e delinquentes, podendo na época se necessário serem sentenciados como irregulares e enviados a instituições de recolhimento. O conceito de menor, neste período carregava consigo o rótulo da pobreza e da delinquência.

O Golpe Militar, em 1964 traz novamente o debate sobre crianças e adolescentes que se encontravam em situação de pobreza, mantendo a afirmação de que os mesmos ofereciam riscos a segurança pública. Neste período os programas e serviços voltados a crianças e adolescentes seguem ligados ao Ministério da Justiça, paralelo ao Sistema Penitenciário, modelo correccional-repressivo.

Neste mesmo ano é criada a Lei 4.513 de 1964 que estabeleceu a Política de Bem Estar do Menor – PNBEM, com o objetivo de difundir a política de bem estar de crianças e adolescentes, que surge para dar assistência a Fundação Nacional de Bem Estar do Menor – FUNABEM que era a Instituição para onde os recolhidos em situação irregular eram encaminhados.

Em 1979 é sancionada a Lei 6.697, o segundo Código de Menores que considerava a precariedade material, motivo para interferência do estado nas famílias, acarretando a cassação do poder dos pais. Com isso o Estado conseguia se inserir nas famílias, controlando-as.

Para que ocorresse o ingresso da psicologia no ambiente familiar foi utilizado o argumento de defesa da criança. As famílias que se encontravam em situação de pobreza eram rotuladas como incapazes de cuidar de

seus filhos. Com isso foram sendo desenvolvidos programas de proteção que assentia que qualquer criança em condições de pobreza fosse inserida em ações de assistência.

Atualmente

A evolução da legislação brasileira acompanhou o desenvolvimento de diversas resoluções internacionais como a das Nações Unidas, por exemplo, muitas orientações presentes no ECA (1990) estão também presentes em normas internacionais.

A partir do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua deu-se a reunião de esforços de setores especializados do Poder Público Federal e organismos da sociedade civil. Essa interação possibilitou transformar em norma constitucional as concepções norteadoras da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, mesmo antes da aprovação desta, que daria em 1989. (JESUS, 2006, p. 64)

Sendo assim a criança e o adolescente passaram a ser vistos como cidadãos de direitos, tendo os mesmos reconhecidos, são amenizadas as diferenças sociais e as discriminações voltadas as crianças e adolescentes desprotegidos.

As Unidades de Acolhimento Institucionais atualmente tem como objetivo acolher e garantir proteção integral à criança e adolescente que se encontrarem em situação de risco ou abandono, buscando reintegrar quando possível os mesmos as suas famílias de origem ou quando não for possível a primeira opção, encaminha-las a uma família substituta. Sendo esse serviço de caráter provisório, pois o tempo de permanência da criança/adolescente na instituição deve ser sempre o menor possível, defendendo o ideal de que todos tenham a oportunidade de crescer e se desenvolver no convívio da vida em família.

Os serviços de acolhimento possuem algumas orientações

como o Projeto Político Pedagógico – PPP, desenvolvido para direcionar as Unidades tanto no modo de sua organização interna como com a sua relação com o espaço externo. As Unidades tem o papel de preparar e estimular as crianças e adolescentes para futuras responsabilidades. É de extrema importância o acompanhamento das crianças e adolescentes mesmo após o desligamento das Unidades, pois indiferente se a família for a de origem ou substituta, ambos estão vivenciando uma nova fase em suas vidas.

Unidades de Acolhimento Institucional

São unidades residenciais que oferecem acolhimento e proteção a crianças e adolescentes afastados temporariamente do seu núcleo familiar, quando as mesmas se encontram em situação de abandono, ameaça ou violação de direitos. Geralmente o encaminhamento para o acolhimento em abrigos é realizado pelo Conselho Tutelar e pela Vara da Infância e da Juventude. O serviço de acolhimento funciona 24 horas, nos sete dias da semana, ou seja, crianças e adolescentes ficam por tempo integral nas Unidades.

O afastamento da criança/adolescente do ambiente familiar deve ser uma medida excepcional. Buscando propiciar no menor tempo possível, o retorno seguro dos mesmos ao convívio familiar, sendo prioritariamente a família de origem a primeira opção quando possível ou se não a família substituta, através da adoção, guarda ou tutela.

Definição de Tipologias

A Instalação dos Serviços de Acolhimento e a tipologia dos mesmos em determinada região é determinada pela existência de demanda e pela necessidade do município/ região. A infraestrutura que receberá os Serviços deve estar adequada as atuais exigências. Dentre as formas de Acolhimento, ressaltam-se as seguintes:

Casa-Lar –

É quando o acolhimento acontece em Unidades Residenciais, localizadas em áreas residências da cidade, as casas devem possuir estrutura de uma residência e oferecer acessibilidade. Os hábitos devem se assemelhar ao máximo com a de uma rotina familiar. No mínimo uma pessoa ou casal trabalha como educador/cuidador, tem capacidade máxima para 10 crianças e adolescentes. Os cuidadores/educadores residentes devem possuir condições dignas de trabalho e remuneração condizente.

Abrigo Institucional –

Nesta tipologia o acolhimento ocorre em Unidades que se assemelham a uma residência que ofereçam acessibilidade, devendo estar inseridos na comunidade, em áreas residenciais, devem contar com estrutura para acolhimento imediato e emergencial quando necessário. O atendimento deverá ser personalizado e em pequenos grupos, visando favorecer o convívio familiar e comunitário das crianças e adolescentes atendidos. Esse ambiente deve ser estruturado de modo a acomodar no máximo 20 crianças e adolescentes.

Público Alvo -

Ambas as tipologias possuem mesmo público alvo - Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva de abrigo.

Equipe Profissional Mínima - Casa Lar

Coordenador	01 profissional que atuara em até 03 casas-lares
Equipe Técnica	02 profissionais que atuaram em até 03 casas-lares
Educador/cuidador residente	01 profissional para até 10 usuários
Auxiliar de educador/cuidador residente	01 profissional para até 10 usuários, por turno

Equipe Profissional Mínima - Abrigo Institucional

Coordenador	01 profissional para cada serviço
Equipe Técnica	02 profissionais para atendimento a até 20 crianças e adolescentes
Educador/cuidador	01 profissional para até 10 usuários, por turno 01 cuidador para cada 08 usuários, quando houver 01 usuário com demandas específicas 01 cuidador para cada 06 usuários, quando houver 02 ou mais usuários com demandas específicas
Auxiliar de educador/cuidador	01 profissional para até 10 usuários, por turno

Dados coletados através das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Brasília, Junho de 2009.

Infraestrutura Abrigo Institucional

Cômodo	Descrição	Características
Quartos	O número recomendado de crianças / adolescentes por quarto é de até 04 por quarto.	Metragem sugerida: 2,25 m ² para cada ocupante, ou 3,25 m ² para cada ocupante quando o ambiente de estudo for organizado no quarto.
Quarto para educador/ cuidador residente	O ambiente deve possuir metragem suficiente para acomodar cama (de solteiro ou de casal), e mobiliário para guarda de pertences pessoais	
Sala de estar ou similar	Deve possuir espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes além dos cuidadores/educadores residentes.	Metragem sugerida: 1,00 m ² para cada ocupante, incluindo cuidadores/educadores residentes.
Sala de jantar / copa	Deve possuir espaço suficiente para acomodar o número de crianças e adolescentes além dos cuidadores/educadores residentes.	Metragem sugerida: 1,00 m ² para cada ocupante, incluindo cuidadores/educadores residentes.
Ambiente para Estudo	Poderá haver espaço exclusivo para esta finalidade ou, ainda, ser organizado em outro ambiente, com mobiliário adequado.	
Banheiro	Banheiros com 01 lavatório, 01 vaso sanitário e 01 chuveiro para até 6 (seis) crianças e adolescentes.	Pelo menos 01 dos banheiros deverá ser adaptado a pessoas com Deficiência e 01 lavatório e 01 vaso sanitário e chuveiro para os cuidadores/educadores.
Cozinha	Deve possuir espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para preparar alimentos para o número de usuários atendido pelo equipamento e os cuidadores/educadores.	
Área de Serviço	Com espaço suficiente para acomodar utensílios e mobiliário para guardar equipamentos, objetos e produtos de limpeza e propiciar o cuidado com a higiene do abrigo, com a roupa de cama, mesa, banho e pessoal para o número de usuários atendido pelo equipamento.	
Área Externa	Espaços que possibilitem o convívio e brincadeiras, evitando-se, todavia, a instalação de equipamentos que estejam fora do padrão sócio-econômico da realidade de origem dos usuários. Deve-se priorizar a utilização dos equipamentos públicos ou comunitários de lazer, esporte e cultura.	

Espaços que deverão funcionar fora da casa-lar/ abrigo institucional , em áreas específica para atividades técnico-administrativas

Sala para equipe técnica

Sala de coordenação / atividades administrativas

Sala / espaço para reuniões

Dados coletados através das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Brasília, Junho de 2009.

Família Acolhedora –

Neste caso o Acolhimento ocorre em residências de famílias acolhedoras cadastradas. Pouco conhecido no Brasil, esse serviço encontra-se consolidado em outros países, especialmente nos europeus e da América do Norte. Segundo a legislação o Acolhimento em Família Acolhedora deve organizar-se segundo os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente. Trata-se de um serviço de acolhimento provisório, acolhimento esse que não se enquadra no conceito de abrigo em entidade. O número de crianças poderá variar, sendo que cada família acolhedora deverá acolher uma criança/adolescente por vez, exceto quando se tratar de grupo de irmãos.

As famílias acolhedoras são selecionadas, capacitadas e acompanhadas pela equipe técnica do Serviço de Acolhimento para que possam acolher crianças ou adolescentes. Este tipo de acolhimento é feito por meio de um termo de guarda provisória, solicitado pelo serviço de acolhimento e emitido pela autoridade judiciária para a família acolhedora previamente cadastrada.

Público Alvo -

Crianças e adolescentes de 0 a 18 anos sob medida protetiva.

Equipe Profissional Mínima -

Coordenador	01 profissional por serviço
Equipe Técnica	02 profissionais para o acompanhamento de até 15 famílias de origem e 15 famílias acolhedoras

Infraestrutura

Espaços que deverão funcionar fora da família acolhedora, em áreas específicas para atividades técnico-administrativas

Sala para equipe técnica

Sala de coordenação / atividades administrativas

Sala de atendimento

Sala / espaço para reuniões

Ambientes com espaço e mobiliário suficiente para desenvolvimento de atividades de natureza técnica, administrativas e para a realização de reuniões de equipe e de atividades grupais com as famílias de origem.

Dados coletados através das Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes - Brasília, Junho de 2009.

Dados Censitários

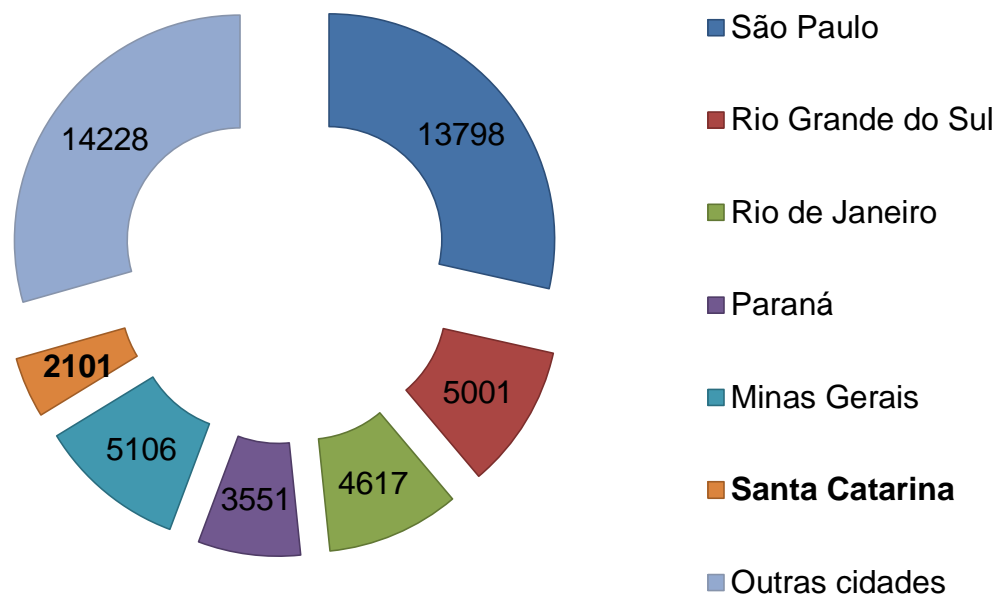
BRASIL -

Segundo o site do CNJ – Conselho Nacional de Justiça, a quantidade de Acolhidos no Brasil atualmente é de aproximadamente 48.405 crianças e adolescentes.

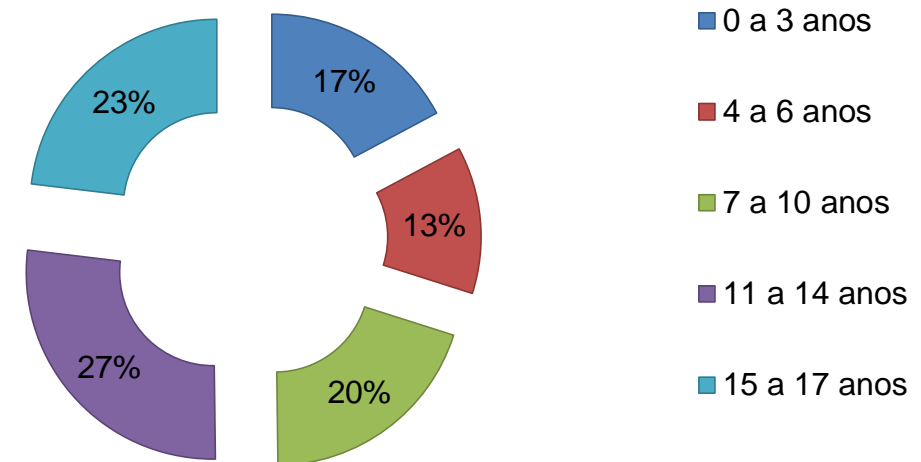
Sexo



Nº de Crianças



Idade

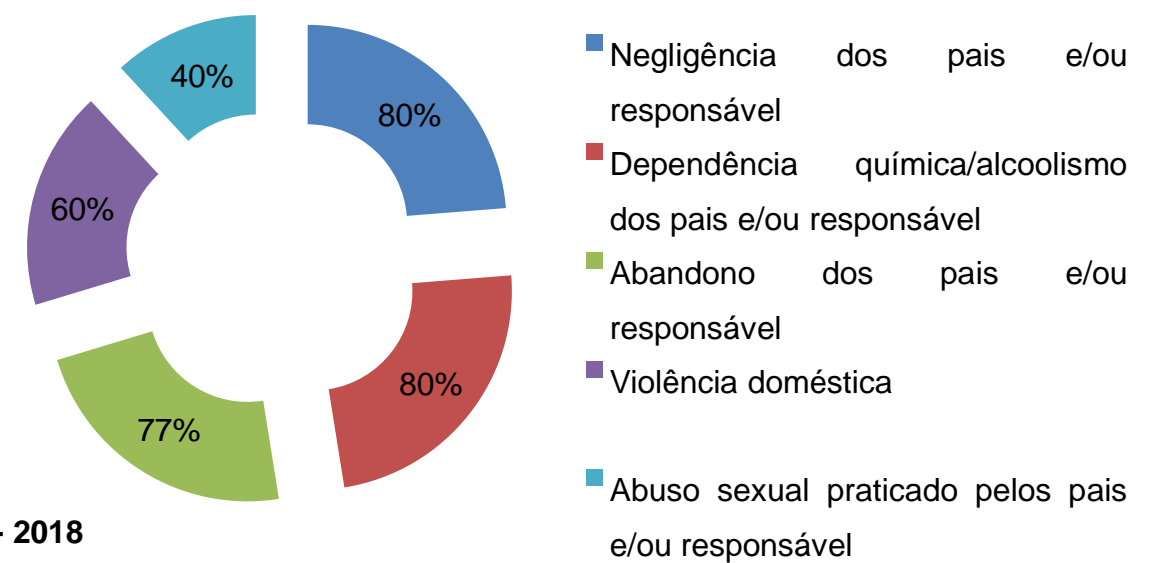


Quantidade de Unidades de Acolhimento no Brasil – 4.311 unidades

SANTA CATARINA

Número de Entidades de Acolhimento em Santa Catarina – 204 - segundo CNJ

Causas do Acolhimento



Fonte – CNJ - 2018

Capítulo 2 - Desenvolvimento Infantil



Psicologia e Desenvolvimento Infantil

O **desenvolvimento** é definido como mudanças nas estruturas físicas e neurológicas, cognitivas e comportamentais que emergem de maneira ordenada e são relativamente duradouras. (MUSSEN, 2001, p. 03)

O desenvolvimento infantil é tema de diversas pesquisas e estudos realizados, o amadurecimento físico e social que ocorre até a fase adulta é responsável pela formação e construção das habilidades e personalidade. Quando se fala em desenvolvimento infantil deve-se ressaltar que este está associado ao aprendizado da criança, diferenciando-se do desenvolvimento que diz respeito ao tamanho, crescimento.

Estudos mais aprofundados, destinados a esclarecer as dúvidas sobre esse desenvolvimento ganharam força no início do século, quando as explicações passam a estar relacionadas as influências ambientais onde a criança está inserida. A credibilidade desses estudos é uma consequência de quando as pesquisas são realizadas através do uso de diferentes métodos. Esses métodos podem ser por comparação entre diferentes faixas etárias, através da observação de certo grupo de crianças, testes durante determinado período, além de pesquisas comparativas de diferentes culturas, pois todos esses métodos juntos se complementam garantindo maior confiança nas conclusões obtidas.

O início desse desenvolvimento ocorre a partir do encontro do espermatozoide com o óvulo, onde são liberados 23 cromossomos subdivididos em genes, contendo as heranças biológicas, que determinarão o sexo da criança, por exemplo, dentre outras características. Nas próximas 28 semanas o agora “bebê” passará por diferentes fases, onde ocorrerá a formação dos órgãos e o crescimento físico, recebendo da mãe os nutrientes que garantiram seu desenvolvimento, até o momento do nascimento quando seus órgãos já estarão praticamente desenvolvidos.

As características físicas da criança podem estar relacionadas

a diferentes fatores, como a hereditariedade, entre pais e filhos, e através do convívio diário entre criança e os pais adotivos, por exemplo, pois a convivência tende a estimular fatores sensoriais, de alimentação, modo de agir, sorrir, entre outras ações, tornando- os semelhantes.

A partir do nascimento os próximos dois anos são considerados períodos de extrema importância para o desenvolvimento saudável da criança, pois quando nasce o cérebro do bebê é imaturo, e será o crescimento do cérebro que acarretará nas mudanças comportamentais da criança. Nesse período os mesmos tendem a se interessar e reagir a estímulos que apresentem grandes variações de cor, contraste e movimento.

O crescimento físico e o desenvolvimento da coordenação motora dominam a vida da criança pequena. É pelo movimento que ela traduz toda a sua vida psíquica (ao menos até a fase da palavra). (DELDIME e VERMEULEN, 1999, p. 31)

Segundo Piaget, 1968, o período sensório motor apresentado por ele, é responsável pelo desenvolvimento do conhecimento que a criança passa a ter sobre as coisas, que se dá nessa fase através do contato e da ação com as mesmas.

Nesse período ainda são demonstrados os primeiros estados emocionais, como o medo demonstrado pelas crianças quando separadas das pessoas que as cuidam, a presença de uma pessoa conhecida ou a familiaridade do local e do ambiente podem amenizar essa sensação. As expressões faciais podem ser interpretadas de diferentes maneiras e significar diferentes emoções.

O comportamento dos pais pode influenciar no temperamento futuro da criança, as condições da criação sejam incentivando a timidez ou a socialização dessas crianças podem persistir pela infância e adolescência.

As ligações afetivas entre pais e filhos ou entre as crianças e pessoas que fazem parte do convívio, insinuam sensações de proteção, segurança

e conforto, fornecendo base para o desenvolvimento emocional e social. É de extrema importância a presença de uma figura que estabeleça essas ligações, a dependência das crianças que vivem nos abrigos é uma consequência da ausência dessa figura. Cada um se desenvolve no meio onde se está inserido, e esse meio influencia o comportamento de cada um.

A partir do terceiro ano o desenvolvimento motor se encontra em ritmo acelerado, mesmo não possuindo ainda o domínio igual ao de um adulto a criança já imita os movimentos, a fase é da inquietação, não aceitam a imobilidade imposta pelos adultos.

As representações e expressões gráficas nesse período não são condizentes com a realidade, e são esses desenhos o meio de comunicação mais puro e sincero expresso pelas mesmas, ali estão informações expressas indiretamente que quando interpretadas podem informar sobre caráter e afetividade da criança.

Posteriormente tem início o desenvolvimento da linguagem, fase longa e que se estenderá até os 12-13 anos aproximadamente, nesse período a magia das histórias infantis fica lado a lado a realidade que as mesmas vivem.

Entre os 03 e 08 anos a criança necessita e busca a companhia de outras pessoas. Porém nessa fase somente o seu ponto de vista e sua opinião são válidas, passando por um estado de espírito denominado egocentrismo. A ideologia de pertencimento também está muito presente nesse momento, seja de bens materiais como de pessoas (pai/mãe) surgindo os primeiros conflitos entre irmãos e/ou primos.

A criança que apreende progressivamente o mundo exterior tem tendência a considerar sua percepção pessoal como absoluta. (DELDIME e VERMEULEN, 1999, p. 95)

A partir dos 08 anos o auge é o desenvolvimento motor, as crianças testam e exibem seus limites físicos, nessa fase é perceptível a evolução

de habilidades como a coordenação dos movimentos, a força, a agilidade e a resistência.

Ainda nessa fase a importância da vida e da rotina escolar é expressa pela criança, as primeiras responsabilidades com o dever de casa, são deixadas claras aos pais pelas mesmas, elas passam a expressar tudo o que sabem.

A partir dos 12 anos aproximadamente se tem o início da puberdade que coincide com o início da adolescência que significa “crescer para a maturidade” e que segundo o ECA compreende entre os 12 e 18 anos de idade.

É tido atualmente como o período de maior dificuldade do desenvolvimento humano. Nesse período ocorrem mudanças físicas, sexuais, psicológicas, sociais e cognitivas. É o período onde se há o uso intenso de espelhos, onde eles próprios observam suas mudanças físicas, onde as mais perceptíveis são da voz, do peso e da altura.

Nessa fase começam a ser expressas as primeiras características de amadurecimento. Quando a maturidade masculina ocorre mais cedo esses adolescentes tendem a ser mais seguros, diferentemente dos que amadurecem mais tarde que tendem a ser tratados como crianças, imaturos.

O mesmo ocorre com a maturidade feminina, as que amadurecem mais cedo, tornam-se mais independentes. Nessa fase o desenvolvimento cognitivo passa a testar hipóteses, onde se passa a considerar e entender o que poderia ser, e não somente o que é.

As atitudes de quem acompanha essa fase sejam pais, parentes ou amigos possuem grande poder de influência nesse momento de transição da criança dependente para o adolescente independente. Quando esse desenvolvimento ocorre entre pessoas que valorizam a vontade, a opinião própria e a conduta disciplinada, automaticamente a influência tende a incentivar a confiança, a responsabilidade e a autonomia, diferente de quando se faz uso de comportamentos autoritários, que reprimem influenciando a insegurança e dependência, quando negligentes, não são modelos de comportamento e atitudes, ficando esses adolescentes sem base e sem rumo.

O apoio emocional vindo de amizades tem grande poder no comportamento, pois ajudam na construção da identidade pessoal. Nesse momento também é de grande importância a identidade vocacional que permite a esses adolescentes identificarem a importância que a sua contribuição tem com a sociedade, além de estimular a responsabilidade, pois passam a se preocupar com o futuro, com o bem estar pessoal, compreendem o significado do dinheiro e começam a idealizar um sucesso financeiro.

Confronto entre as fantasias e identificações da infância e as exigências reais, seja de uma profissão, seja do mundo adulto. Sendo assim, o adolescente se encontra com uma fase de transição, de mudanças, de adaptação e de ajustamento, deixando para trás um mundo infantil para entrar na vida adulta (ALMEIDA e PINHO, 2008, p. 177)

Porém quando desamparados buscam no uso das drogas o alívio da insegurança e da rejeição da sociedade. A falta de comunicação, a exclusão, os conflitos familiares, os abusos físicos, são motivos para esses adolescentes saírem de casa, e quando vulneráveis se tornam alvos fáceis da exploração, sendo atraídos para o mundo da prostituição, das drogas e do tráfico.

Durante todo esse processo citado que compreende a fase Pré Natal - desde a concepção até o nascimento, passando pela primeira infância dos 0 aos 3 anos, pela segunda infância dos 3 aos 6 anos, pela terceira infância dos 6 aos 12 anos, concluindo com a adolescência dos 12 aos 18 anos, o ser evolui e se desenvolve cada qual em sua particularidade, em seu tempo, tendo durante todo esse processo o contato com experiências e com pessoas que individualmente e coletivamente ajudarão na formação do ser adulto. Portanto é de extrema importância que essas fases sejam exploradas, aproveitadas e bem acompanhadas para que seus próximos passos agora como adultos sejam o reflexo dos acontecimentos anteriores, buscando o equilíbrio entre a independência, a autoconfiança, a autodisciplina, o respeito e a adaptabilidade.

Código de Menores –

Até o século XIX, não existia no Brasil nenhum documento/lei específica que tratasse do atendimento a criança. Nesse momento o que norteava e embasava a legislação brasileira era um reflexo das Leis Filipinas e das Leis Portuguesas. O Código Criminal já tinha sido elaborado e estava em atuação no país, trazendo o fim da escravidão, o que causou um aumento significativo na quantidade de crianças que habitavam os centros urbanos, conseqüente o aumento da população ocasionava o aumento da violência urbana e da pobreza que era associada as crianças que viviam nas ruas. Neste período a proteção as crianças abandonadas se resumia a rodas dos expostos já citada anteriormente.

Após esse momento a população brasileira começa a perceber a necessidade de se desenvolver algo, defendendo a ideia de que a criança deveria receber uma proteção especial. Nesse período o julgamento de crianças era feito através de uma avaliação psicológica com crianças entre 09 e 14 anos onde se identificaria se a mesma possuía ou não discernimento, o que determinaria as medidas adotadas para a punição. Surge então a necessidade de se desenvolver espaços específicos para o acompanhamento dessas crianças, pois até esse momento as crianças eram retiradas das ruas e levadas até as prisões onde dividiam cela com outros homens, criminosos.

As discussões voltadas as crianças fizeram com que esse tema se tornasse comum entre a população que pressiona o Estado, exigindo medidas que solucionassem o atual problema, em 1923 é criado o Juizado de Menores e logo após seu surgimento é apresentado o 1º Código de Menores em 1927, onde serão abordados os seguintes fatores: Direito Civil, Direito de Proteção, Direito de Trabalho e processo de adoção de crianças e adolescentes. O Código foi idealizado pelo 1º Juiz de Menores da América Latina, José Cândido de Albuquerque Mello Mattos. No 1º Artigo do Código de Menores é abordado sua função.

Art.1º - O menor, de um ou de outro sexo, abandonado ou delinquente, que tiver menos de 18 anos de idade, será submetido pela autoridade competente às medidas de assistência e proteção contidas neste Código. (Código de Menores, BRASIL, 1970)

Tendo como objetivo principal garantir proteção a vida e a saúde, assegurando a Autoridade Pública, o poder de apreender e tratar da guarda do menor quando considerasse necessário. No código as crianças são divididas em dois grupos. As crianças de Elite(Ricas) e as crianças Negras (Pobres, abandonadas). Surge nesse momento o nome pejorativo de “Menor”, que nada mais é a criança que está sob tutela do Código de Menores.

No Código é descrito que as crianças com menos de 14 anos não poderiam ser responsabilizadas por nenhuma infração. A partir dos 14 anos após serem recebidos no Abrigo os menores recolhidos passavam por uma processo de triagem onde após estarem catalogados e identificados, eles seriam julgados pelo Juiz, que determinaria se os mesmos seriam encaminhadas para a escola de preservação destino para os abandonados, ou a escola de reforma para os delinquentes.

Neste período começaram a surgir os primeiros internatos, destinados ao acolhimento. Eram tidos como locais onde a criança/adolescente encaminhado se melhor desenvolveria, porém a realidade destes locais oferecia aos seus usuários condições piores quando comparados ao lar de os mesmo eram retirados, pois saiam dali em uma situação pior do que quando haviam entrado.

O código foi responsável pela regulamentação do trabalho de menores, como é tratado no Art. 101.

Art. 101. é proibido em todo o território da República o trabalho nos menores de 12 anos. (Código de Menores, BRASIL, 1970)

Para compreender quais foram as medidas tomadas pelo estado com relação a Infância no Brasil, primeiramente deve-se observar que as mesmas vem sendo discutidas e desenvolvidas com o passar dos anos.

O Código de Menores, de 1927, foi utilizado nessa época como firme propósito de afastar as crianças de seu meio sócio-familiar. A possibilidade de perda do “pátrio poder” pela impossibilidade ou incapacidade, inclusive financeira, dos pais, permitia que o juiz encaminhasse a criança e o adolescente a instituições de internação (COUTO; MELO - 1998, apud. OLIVEIRA 2014).

No Código de Menores pela primeira vez é estabelecido que o jovem é penalmente inimputável até os 17 anos e que somente a partir dos 18 passa a responder por seus crimes podendo então ser condenado à prisão.

Apesar de todas as críticas voltadas ao Código de Menores, o período do seu surgimento foi um marco na Legislação destinada ao menor, pois foi a 1ª (primeira) tentativa de elaboração de uma Legislação específica para a infância no Brasil, levando em conta o fato do Código regulamentar questões muito polêmicas para época como, por exemplo, o trabalho infantil que era muito comum. Foi o primeiro documento no Brasil destinado a auxiliar o menor com idade inferior a 18 anos, considerado pobre. O Código de Menores afirma que o menor de 14 anos, não tem ainda completo seu desenvolvimento mental, para que se possa aplicar a ele responsabilidade pelos delitos cometidos. Com o poder o Estado tinha a autoridade para retirar a criança do convívio familiar. Com esse domínio o Estado visava reeducar o menor, buscando posteriormente inseri-lo no convívio social. A educação e instrução era responsabilidade das instituições para onde estas crianças e adolescentes infratores eram encaminhados. Porém a preparação destes menores de famílias desfavorecidas estava associada sempre a um papel secundário na sociedade.

1979

Em 27 de setembro de 1979 o Senado vota em favor de um Novo Código de Menores, que mais tarde em 10 de outubro de 1979 se tornaria a Lei Nº 6.697, tendo como autor o Senador Nelson Carneiro. Não muito diferente do 1º Código de Menores de 1927, esse 2º Código tinha como objetivo também dar assistência, proteção e vigilância ao “Menor” que vivia nas ruas, abandonado em situação irregular. Sendo esta lei o único fator que poderia lhes assegurar algum direito, pois todas as crianças e adolescentes que estivessem nessa situação seriam considerados menores irregulares, infratores.

ECA - 1990

Fica claro o descontentamento da população brasileira com relação as Leis de proteção ao menor e em 13 de julho de 1990 é promulgado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, através da Lei nº 8.069, considerado uma revolução no tratamento da infância e adolescência na época, mudando o discurso que antes era dirigido somente ao menor, sem distinção, com o ECA o termo então utilizado “menor” é substituído por crianças e adolescentes, com a intenção de não haver mais separação entre os mesmos, tornando-os sujeitos de direitos, onde no artigo 2º fica especificado para quem esta lei se aplica.

Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. (ECA, BRASIL, 1990)

O ECA traz muitos tópicos abordados e já citados na Convenção Internacional sobre os direitos da criança e da Declaração Universal dos Direitos da Criança de 1959 sendo, portanto um reflexo das leis internacionais.

Nele estão descritos além dos direitos, os deveres da criança e do adolescente perante a lei, o objetivo do ECA era definir de maneira clara quais eram os direitos dessas pessoas em desenvolvimento, assegurando-lhes condições para que mesmo se encontrando em situações irregulares, de delinquência, não ficassem impunes, porém que eles pudessem se recuperar para serem reinseridos na sociedade.

O Estatuto estabelece no Artigo 4º perante a Lei que é dever de todos assegurar condições como as citadas logo abaixo a toda Crianças e a todo Adolescente.

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (ECA, BRASIL, 1990)

Além de garantir esses aspectos o ECA estabelece o direito a Proteção Integral que seria o oposto do que era abordado no Código de Menores á respeito da Situação Irregular. Com o ECA crianças e adolescentes passam a ser sujeitos de direito à vida e à saúde, desde o momento da concepção garantindo-lhes um nascimento e desenvolvimento saudável, asseguram-lhes direito a convivência familiar e comunitária, e a liberdade de ir e vir, pelo fato de estarem em processo de constante desenvolvimento físico e mental, sendo seres vulneráveis a situações de violência que podem ocorrer na família ou na sociedade onde estão inseridos, os deveres de garantia desses direitos são da família, da sociedade e do Estado.

Quando abordada questões de Convivência Familiar e Comunitária o ECA apresenta três conceitos de família:

Família Natural – Constituída pelos pais legítimos, que possuem prioridade total do poder familiar.

Família Extensa – Constituída pelos parentes mais próximos, com quem a criança ou adolescente mantém contato contínuo.

Família Substituta – Que ocorrerá mediante guarda, tutela ou adoção.

No ECA fica explícita a prioridade que é dada a família natural, pois mesmo os pais legítimos estando privados de liberdade, mesmo sendo usuários de substâncias químicas, mesmo estando em situação de risco econômico nenhum desses fatores isoladamente é fundamento para retirada o poder familiar. Porém para cada caso existem medidas que podem ser aplicadas.

Depois da Constituição de 1988, foi publicado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, que é um marco nos direitos da criança e do adolescente(7). Marco porque veio assegurar à criança e ao adolescente todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.(GOMES, 2008, p.63)

O Conselho Tutelar é citado no Capítulo I, título V no ECA, a partir do Art. 131, onde é descrito que o mesmo esta incumbido de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, previstos na Lei nº 8.069. O Conselho age através de notícias e denúncias em parceria com escolas e organizações, atendendo crianças e adolescentes em casos de suspeita ou confirmação de maus tratos, negligência, abuso e em casos de atos infracionais. Quando confirmadas e quando necessário são tomadas medidas de proteção podendo ocasionar a destituição familiar.

O papel do Estatuto da Criança e do Adolescente é garantir as crianças e adolescentes seus direitos, pelo fato de estarem em fase de desenvolvimento e formação, independente de condições físicas, financeiras suas oportunidades em todos os aspectos sejam eles educacionais, profissionais ou sociais devem ser priorizados e garantidos a fim de lhes proporcionar um melhor desenvolvimento.

Capítulo 3 – Otacílio Costa – Santa Catarina



Breve Histórico do Município de Otacílio Costa -

Primeiramente nomeado de Casa Branca, devido a existência de um botequim de madeira que sempre era pintado de branco. Posteriormente chamado de Encruzilhada devido a aparência do caminho que ligava o então vilarejo (Otacílio Costa) ao atual município de Curitibaanos, onde foi construído um galpão a partir da necessidade de se desenvolver um local onde os tropeiros que passavam pela região pudessem pernoitar.

A região cresce após a vinda de fazendeiros que com a compra de grandes áreas de terras colaboraram para o seu desenvolvimento, dentre eles se destaca Otacílio Vieira da Costa, político, militante e proprietário da grande maioria das terras, e em sua homenagem a vila seria denominada Otacílio Costa.

Em 1958, o então vereador de Lages Dorvalino Furtado cria um projeto tornando Otacílio Costa distrito de Lages.

Através da Lei 6.059 de 10 de maio de 1982, Otacílio Costa tem suas terras desmembradas de Lages se tornando município.

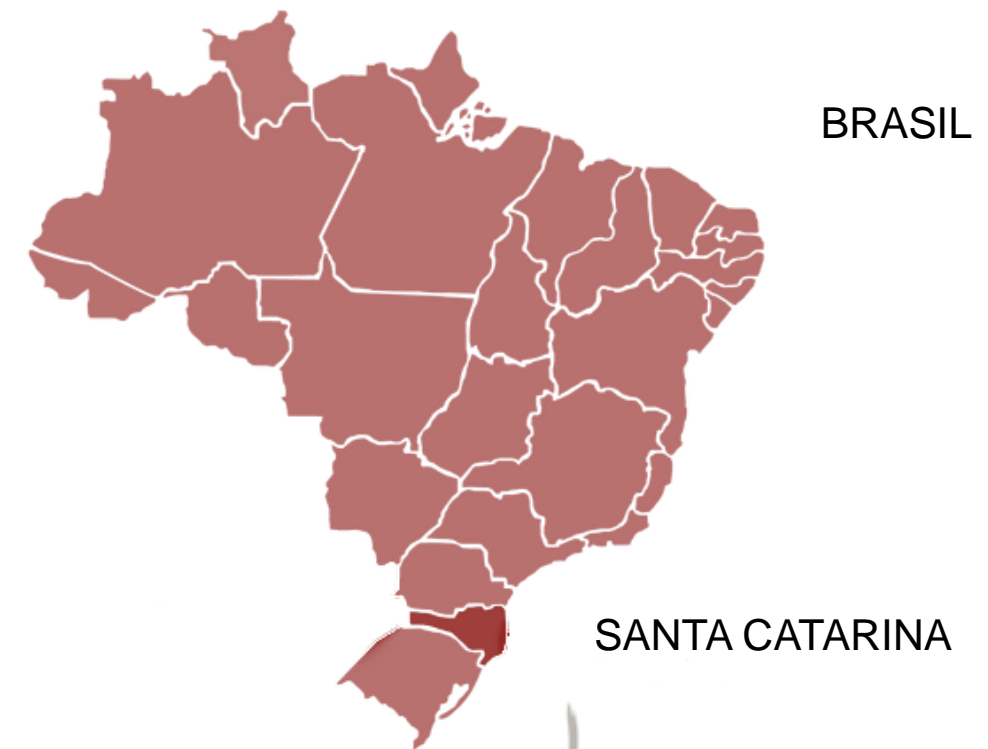
Segundo IBGE- 2017 atualmente o município possui 18.313 habitantes,



Imagem aérea de Otacílio Costa

Fonte - otaciliocosta.sc.gov.br

Localização



Fonte – Google Imagens



Fonte – Google Earth

OTACÍLIO COSTA /SC

Características

O município de Otacílio Costa é um dos duzentos e noventa e cinco municípios que formam o Estado de Santa Catarina, está localizado no Planalto Serrano, na microrregião dos Campos de Lages, possui uma área territorial de aproximadamente 845 km². Segundo IBGE – 2017, o município possui a maior densidade de florestas exóticas do País (pinus). Tendo sua atividade econômica voltada principalmente para a extração de madeira e indústria de papel e celulose.

A Rodovia SC – 114 corta o município sendo o principal acesso para o mesmo, ligando-o a BR-470 e a BR-282.

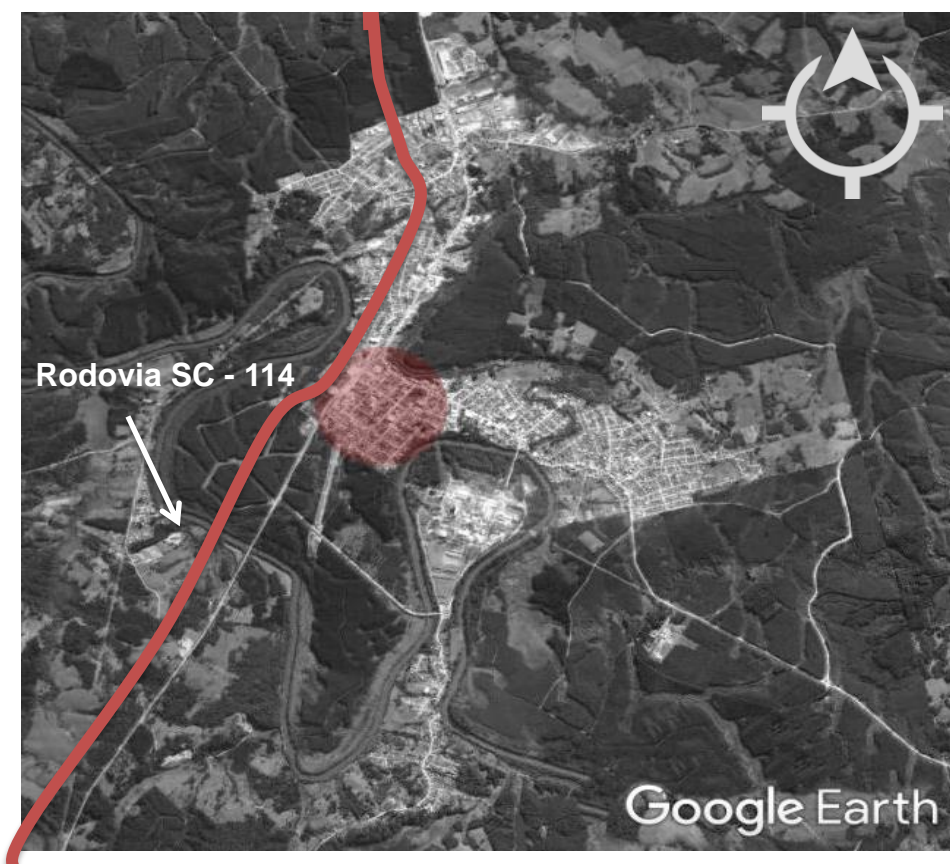


Imagem do principal acesso ao município de Otacílio Costa

Fonte - Google Earth - Adaptado

Os municípios confrontantes são Braço do Trombudo, Agrolândia, Ponte Alta, Petrolândia, Pouso Redondo, Lages, Bocaina do Sul, Bom Retiro e Palmeira.

É composto por um planalto de superfícies planas e sinuosas. Com uma altitude média de 884 metros a cima do nível do mar, possui as seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 27° 29' 15" Sul, Longitude: 50° 7' 4" Oeste.

Quanto ao clima, classifica-se como mesotérmico úmido, com verões frescos, apresentando temperatura média anual de 15,9°C. Porém no inverno como nas demais cidades da Região Serrana o município registra temperaturas baixas. As condições climáticas são um dos principais fatores limitantes do uso da terra.



Imagem de Otacílio Costa

Fonte – Google Imagens

O Rio Canoas é o principal Rio que passa pelo município tendo como principal afluente neste ponto o Rio Desquite que é a principal fonte do abastecimento de água da cidade.

Como já citado anteriormente a principal atividade econômica do município está relacionada a Indústria de Papel e Celulose – Klabin; Indústrias Madeiras e Pecuária.

Antigos Endereços das Unidades de Acolhimento do Município de Otacílio Costa



Serviços de Acolhimento

No município de Otacílio Costa segundo dados fornecidos pela Secretaria de Desenvolvimento Comunitário e Assistência Social o primeiro e único abrigo destinado ao acolhimento de crianças e adolescentes do município foi fundado em junho de 1997.

O Abrigo Municipal Nosso Lar, nome dado a Instituição, nos seus 21 anos de existência nunca possuiu instalações próprias destinadas ao acolhimento, o que acarretou nas diversas mudanças de endereços, no total foram cinco endereços diferentes. A Instituição atualmente recebe ajuda da prefeitura, de empresas instaladas no município e da comunidade para acolher as crianças e adolescentes.

Segundo relatos da Senhora D. O. , primeira coordenadora do abrigo e onde trabalhou durante anos, a fundação do mesmo ocorreu após um processo que teve início nos anos 90, onde as associações de bairro do município formaram o Conselho de Direito, e em 1995 o juiz do município determinou a formação do Conselho Tutelar para atender as crianças e adolescentes do município e colocar em prática o que havia sido apresentado no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Com o Conselho formado os anos seguintes foram destinados a capacitação dos conselheiros.

Em 1997 quando surgiram os primeiros casos de recolhimento o Conselho viu a necessidade de se abrigar essas crianças e juntamente com a Prefeitura alugaram a casa que receberia as crianças e adolescentes. O primeiro endereço foi no Bairro Bem Morar, na Rua Canarinho, próximo ao endereço da Prefeitura Municipal. Primeiramente realizando o acolhimento de crianças entre 0 e 11 anos. A permanência nesse endereço durou pouco mais de 02 anos e o principal motivo da troca de endereço foi a proximidade da casa de acolhimento com a casa onde moravam as crianças e suas famílias, resultando em momentos e situações de insegurança, já que os pais não aceitavam a perda do direito sobre seus filhos e iam até a casa afim de resgatá-los, munidos de facões, pedras e armas segundo relato.



Imagem Residência Bairro Bem Morar (1997)

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

Em 1999 acontece a troca de endereço para o Bairro Fátima, na Rua Henrique Lins, situada no outro lado da cidade. Nesse período o aumento no número de crianças fez com que o tamanho da casa e a proximidade com Escolas e Centros de Educação Infantil fossem uns dos motivos da escolha da mesma. A permanência nesse endereço durou um ano.



Imagem Residência Bairro Fátima (1999)

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

Em 2000 ocorre uma nova mudança agora para o Bairro Poço Rico, na Rua Frederico Trogisch, próximo ao Centro da Cidade, tendo nas proximidades escolas e o Hospital Municipal. Esse foi o endereço de maior permanência, foram aproximadamente oito anos. Nesse mesmo ano a Câmara de Vereadores consegue melhorar a ajuda financeira que era destinada a casa de Acolhimento, porém impondo a condição do acolhimento agora se estender até os 18 anos de idade.



Imagem Residência Bairro Poço Rico (2000)

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

Em 2008, o Abrigo retorna ao Bairro Fátima, em outro endereço, na Rua Pedro Alvares Cabral, onde pela primeira vez se observa a necessidade da criação de uma ala para crianças e outra para adolescentes. A casa desse endereço passa por reformas e é adaptada para melhor atender seus usuários.



Imagem Residência Bairro Fátima (2008)

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

No ano de 2012, o endereço retorna ao Bairro Poço Rico, na Rua Luís Fernando Sá e no período entre 2012 e 2016 que é o tempo que o Abrigo permanece nesse endereço é registrado o maior número de acolhidos, 17 no total. A causa da troca desse endereço para o atual ocorreu devido a grande quantidade de reclamações do vizinho, que queixava-se do excesso de barulho vindo da casa.



Imagem Residência Bairro Poço Rico (2012)

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

O atual endereço é no Bairro Targino, na Rua Martin Luther, a casa conta atualmente com 12 acolhidos, dentre eles 04 meninos, 07 meninas, e uma deficiente que está atualmente com 23 anos, sem nenhum parente a mesma está sob “guarda” do município.



Imagem Residência Bairro Targino (2016) - Atual

Fonte – Acervo Pessoal - 2018

A entrevistada demonstrou sua preocupação com o destino do Abrigo, segundo ela a Prefeitura sempre buscou realizar parcerias com outros municípios da região visando desativar a Unidade de Otacílio Costa, onde essas crianças seriam encaminhadas para cidades vizinhas. Para ela a aceitação e colaboração da comunidade e dos vizinhos são de extrema importância para o bem estar de todos os acolhidos.

Dados Unidade de Acolhimento – Otacílio Costa

Número de Acolhidos Atualmente -

- 12 crianças/ Adolescentes.

Sexo -

Feminino – 08

Masculino - 04

Número de Profissionais /Funcionários -

- 11 atualmente.

Idade -

Em média 3 a 6 anos.

Causas de acolhimento mais frequentes –

- Negligência;
- Abandono;
- Maus tratos;
- Situação de risco ou vulnerabilidade;
- Abuso e/ou suspeita de violência sexual ou prostituição infantil;
- Uso/tráfico de drogas pelos pais ou responsáveis.

Área de Implantação do Projeto

A escolha do local para a Instalação de uma Unidade de Acolhimento deve seguir alguns critérios visando garantir conforto e uma melhor qualidade de vida aos seus usuários.

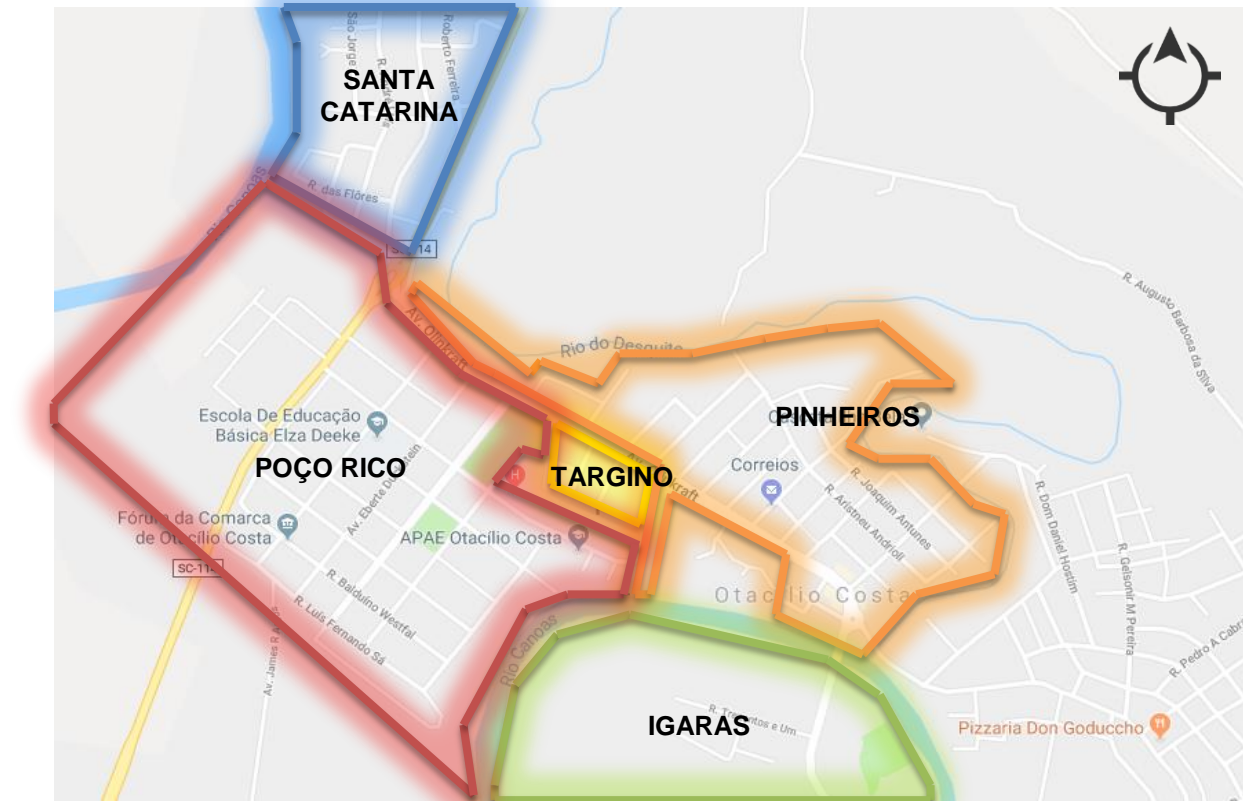
Critérios avaliados:

- Estar Localizado em um Bairro Residencial;
- Encontrar-se próximo a escolas e Centro de Educação Infantil;
- Ter nas proximidades equipamentos de lazer;
- Possuir fácil acesso para pessoas e veículos leves.

O Terreno

O terreno a seguir apresentado foi o que apresentou maior pontuação comparado aos demais terrenos analisados, o mesmo está localizado no Bairro Poço Rico, bairro de predominância residencial, próximo ao centro do município de Otacílio Costa no Estado de Santa Catarina.

O Bairro onde está localizado o terreno tem como confrontantes os seguintes bairros: ao leste faz limite com os bairros Targino e Igaras; e a norte com os bairros Pinheiros e Santa Catarina.




Área de Intervenção

Fonte – Google Maps - Adaptado

O Bairro é de uso residencial e oferece aos seus moradores e visitantes a infraestrutura urbana necessária como rede de esgoto, energia elétrica, transporte público, entre outros. No bairro está localizado o único Hospital do Município, Hospital Santa Clara e o Ginásio Municipal de Esportes Nelson Melo de Liz.

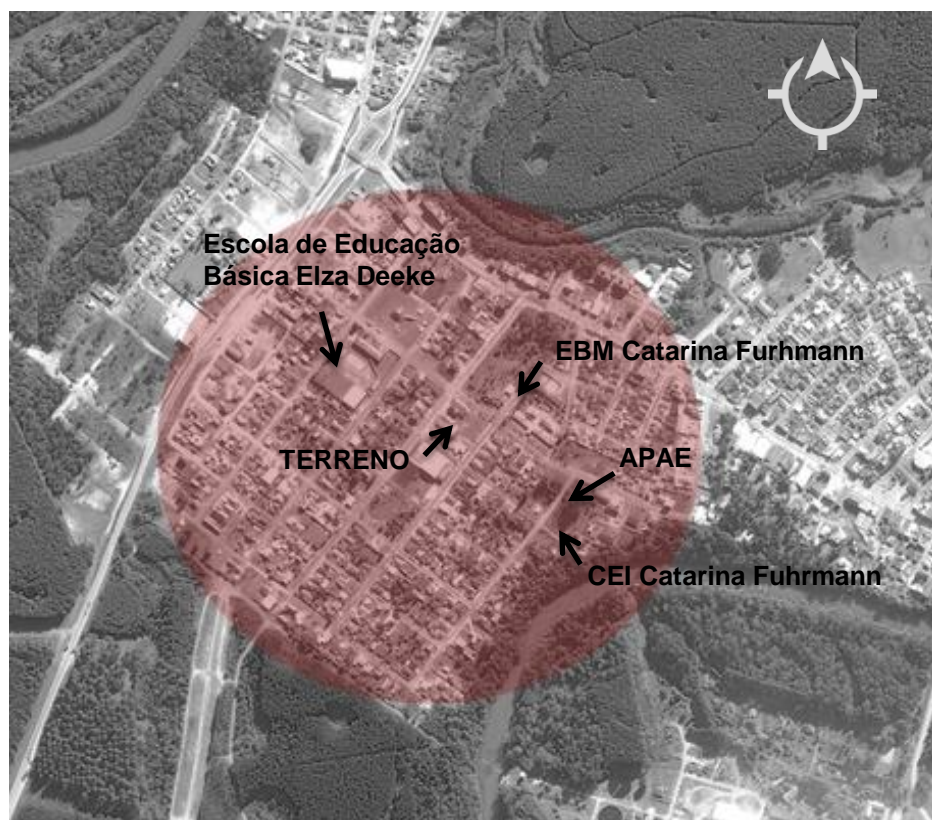


Legenda

- | | |
|--|---|
|  TERRENO |  SAÚDE |
|  ESCOLAS |  SUPERMERCADOS |
|  ESPAÇOS PÚBLICOS |  ORGÃOS PÚBLICOS |

Usos do entorno da Área de Intervenção
Fonte – Google Maps - Adaptado

A proximidade com a escola foi um dos fatores determinantes na escolha do terreno onde será desenvolvido o projeto da Unidade de Acolhimento Institucional. Considerando que as escolas estivessem dentro de um raio de abrangência de até 500 metros.



Proximidade com Instituições de Ensino em um Raio de 500 metros
Fonte – Google Maps - Adaptado

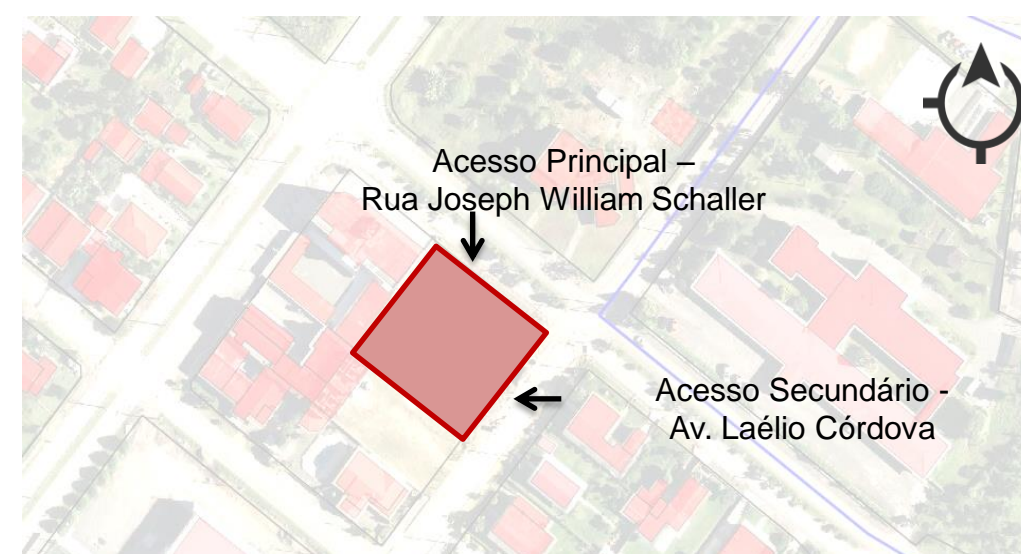
Considerando esses aspectos o terreno selecionado para a instalação da Unidade de Acolhimento Institucional encontra-se na esquina da Rua Joseph William Schaller com a Av. Laélio Córdova, no Bairro Poço Rico, ao lado Sul do Município de Otacílio Costa no Estado de Santa Catarina.

Por estar localizado próximo a Espaços Públicos o terreno possibilita as crianças e adolescentes utilizarem e visitarem esses espaços sem a necessidade de transporte, podendo fazê-las a pé ou de bicicleta, pois em alguns pontos do bairro há ciclovias.



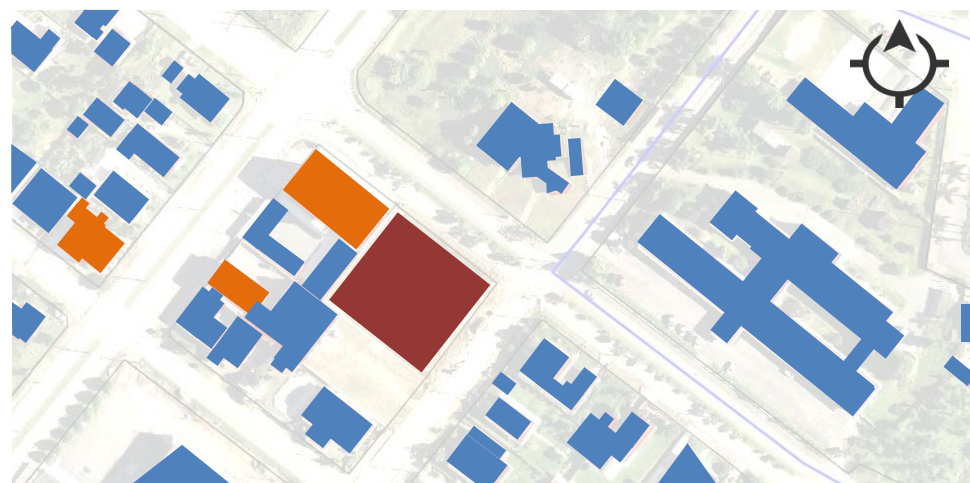
Terreno selecionado
Fonte – Bing Maps - Adaptado

O terreno por ser de esquina possui dois acessos, o principal, localizado ao Norte com maior fluxo de veículos e outro secundário, localizado a Leste. O acesso ao setor Institucional se dará pelo via principal através da Rua Joseph William Schaller, e o acesso ao setor Residencial acontecerá pela via secundária através da Av. Laélio Córdova.



Mapa de Acessos do Terreno Selecionado
Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado

Por se tratar de um Bairro Residencial as alturas máximas são respeitadas, proporcionando maior harmonia nas construções localizadas no entorno.

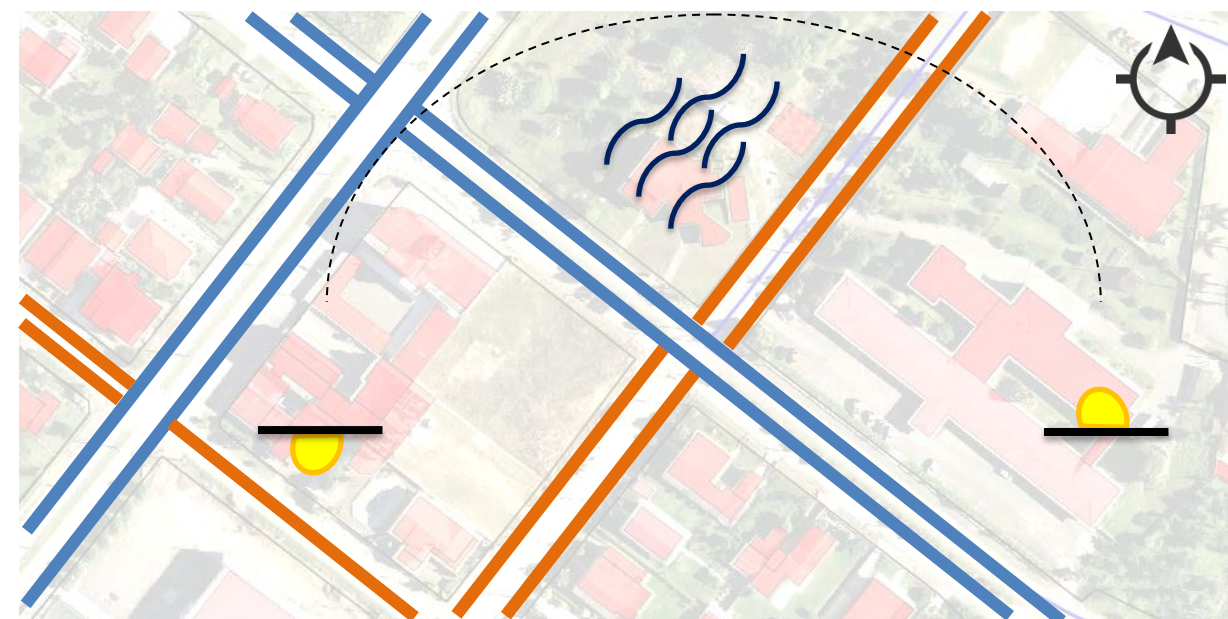


- Legenda**
- Terreno
 - Até 01 Pavimento
 - 02 ou mais Pavimentos

Mapa apresentando as alturas das edificações do entorno
 Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado



Mapa representando cheios e vazios
 Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado



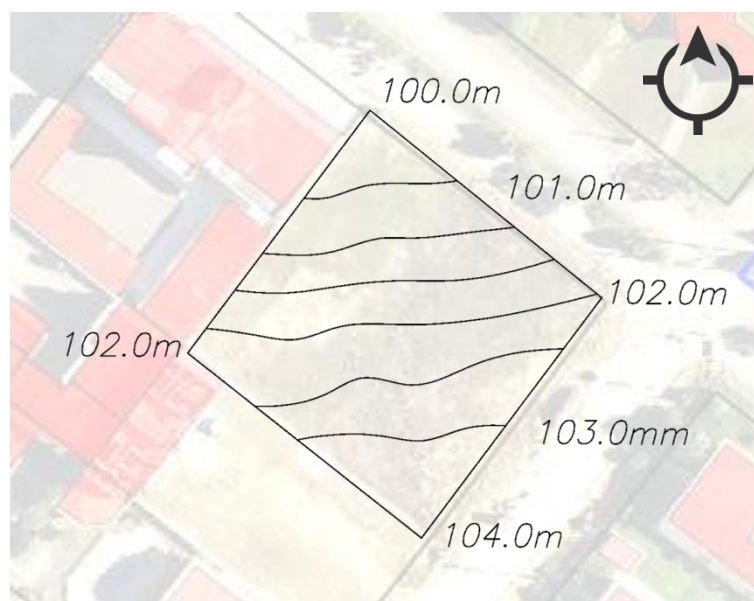
- Legenda**
- Via Coletora
 - Via Local
 - Ventos Predominantes - NE

Mapa apresentando as condicionantes
 Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado

A área total do Terreno é de 1665 m², ocupando ¼ do total da quadra formando quase um quadrado perfeito com dimensões de 39,37 metros na testada da Av. Laélio Córdova e 42,30 metros na testada da Rua Joseph William Schaller.

O terreno possui um desnível de 2,0 metros, estando o extremo da Av. Laélio Córdova em um ponto mais alto que o do lado oposto, o terreno atualmente encontra-se sem nenhum uso, estando coberto por vegetação rasteira.

A insolação principal do Leste como a do Norte não estão comprometidas, pois não há nenhuma construção vizinha nesses extremos que possa causar sombra, a Oeste há uma edificação no limite do terreno vizinho o que não implicará no zoneamento e desenvolvimento do projeto.



Topografia do Terreno
 Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado

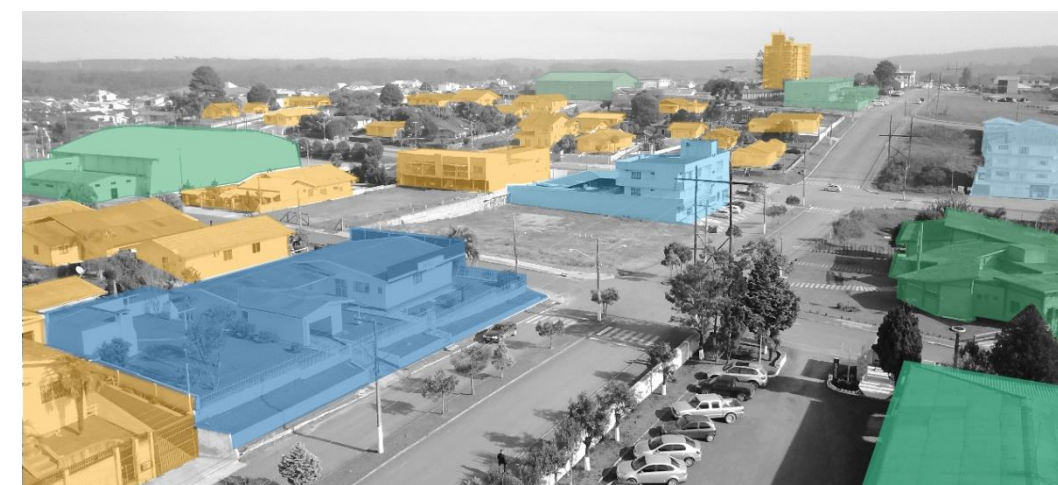
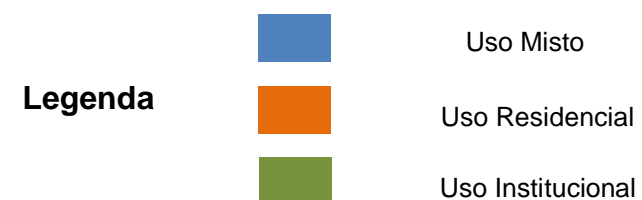


Imagem representando volumetria dos usos das edificações do entorno
 Fonte – Acervo Pessoal - Adaptado



Mapa representando os usos das edificações do entorno
 Fonte – Arquivo Geomais - Adaptado

Condicionantes Legais do Terreno

Através de Consulta ao Plano Diretor do Município de Otacílio Costa, Lei Nº 209/86, que institui o Plano Diretor Físico Territorial Urbano do município de Otacílio Costa, Estado de Santa Catarina, e dá outras providências.

Segundo consulta de Viabilidade realizada na Prefeitura Municipal de Otacílio Costa a respeito do uso e ocupação do solo a partir do Plano Diretor fica caracterizada a Região onde se encontra o terreno como Zona Predominantemente Residencial.



Mapa de Zoneamento – Otacílio Costa

Fonte – Arquivo Geomais

Legenda

- Zona Mista Central I (Centro Comercial)
- Zona Predominantemente Residencial
- Área de Preservação Permanente
- Zona Exclusivamente Residencial I
- Zona Predominantemente Industrial
- Localização do Terreno

ZONA PREDOMINANTEMENTE RESIDENCIAL

Características

Características		OBSERVAÇÕES:
CARACTERÍSTICAS:	Destina-se primordialmente a função de habitação permanente.	2 - Na Av. Olinkraft e Av. Vidal Ramos Júnior, o afastamento frontal e o afastamento em um das laterais do terreno ficam nulos quando a edificação tiver no terreno ou pavimento único a finalidade comercial.
LOTE MÍNIMO:	360,00	3 - Nesta zona permitir-se-á somente edificações de 2 pavimentos, permitindo-se ainda, a ocupação de subterrâneo quando destinado a garagens ou similares.
TESTADA MÍNIMA:	12,00	4 - Nas quadras 04, 05, 06, 12, 18, 19, 24, 32, 38 e 80, do Bairro Poço Rico e quadra 35 do Bairro Targino, será permitida edificação de até 8 pavimentos, incluindo o térreo, permitida a ocupação do subterrâneo quando destinado a garagens ou similares. (Redação dada pela Lei. nº. 1.937/2011).
TAXA DE OCUPAÇÃO MÁXIMA:	61,00	
COEFICIENTE DE APROVEITAMENTO:	I	
AFASTAMENTO FRONTAL:	4	
AFASTAMENTO LATERAL E DE FUNDOS:	1,50	
NÚMERO DE PAVIMENTOS MÁXIMO:	II	
OBSERVAÇÕES:	1 - Esta Consulta Prévia de Viabilidade não substitui em nenhuma instância a análise e o parecer dos técnicos da Prefeitura Municipal de Otacílio Costa, bem como de todos os órgãos federais, estaduais e municipais pertinentes.	

Terça-feira, 03 de Julho de 2018

Página 1

Imagem Consulta de Viabilidade

Fonte – Consulta de Viabilidade

Conforme apresentado na Imagem ao lado o número máximo de pavimentos permitido no terreno é de 02 pavimentos.

Segundo a Consulta de Viabilidade o Coeficiente de Aproveitamento (C.A.) do Terreno é de 1,0, que quando multiplicado pela área do terreno, indica a área máxima que pode ser construída.

$$CA = 1.665 \text{ (Terreno)} \times 1,0 = 1.665 \text{ m}^2$$

A Taxa de Ocupação máxima (T.O.) que é estabelecida com base na projeção horizontal da obra no terreno também apresentada na Consulta de Viabilidade, e apresenta o valor de 61%.

$$TO = 1.665 \text{ (Terreno)} \times 0,61 = 1.015,65\text{m}^2$$

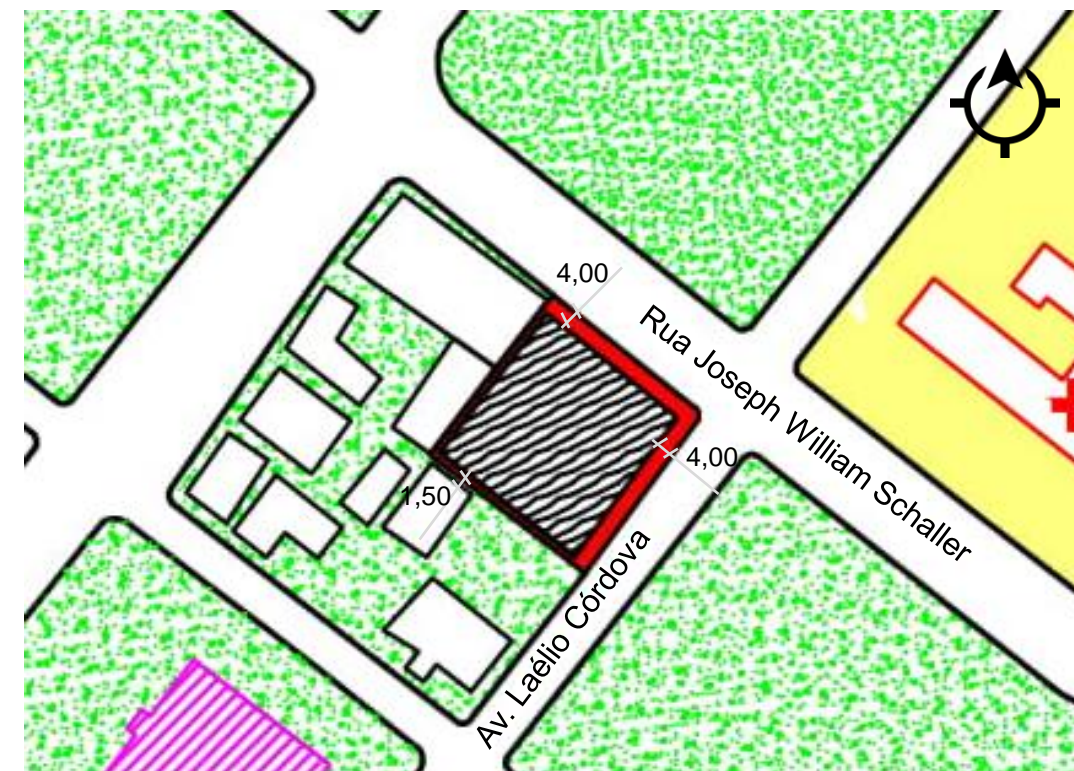
Com relação ao recuos e afastamentos a Lei Nº 209/86, define:

Art. 12 - As zonas de uso exclusivamente residencial destinam-se unicamente a função de habitação permanente.

§ 5º O Bairro Poço Rico passará de exclusivamente residencial para predominantemente residencial, devendo a dimensão mínima do lote não ser inferior a 300,00 m² (trezentos metros quadrados), com testada frontal mínima de 12,00 metros e recuo frontal mínimo de 4,00 m² (quatro metros quadrados). (Redação dada pela Lei nº [2296/2015](#))

Afastamento Frontal = 4,00 metros

Afastamento Lateral e dos fundos = 1,50 metros



Mapa com afastamentos do terreno
Fonte – Produzido pela autora - 2018



Referenciais Programáticos e Projetuais

O desenvolvimento do programa de necessidades se deu a partir da leitura das Orientações Técnicas já citadas e, através de análises de Projetos de Instituições de Acolhimento buscando identificar pontos positivos afim de proporcionar qualidade nos acessos, zoneamento e na circulação. Os dados obtidos para as referências utilizadas foram obtidos através de pesquisas em livros e na internet.

As Unidades utilizadas como referencial são:

- Centro de Bem-estar para crianças e adolescentes - Paris, França;
- Moradias Infantis - Formoso do Araguaia, Tocantins, Brasil;
- Casa de Acolhimento para Menores - Kerteminde, Dinamarca.

Centro de Bem-estar para crianças e adolescentes



Imagem Pátio Externo – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily

Segundo o site do Archdaily, "*Maison d'Accueil de l'enfance Eleanor Roosevelt*" é um centro residencial de emergência gerido pelo departamento local de bem-estar infantil (Aide Sociale à l'Enfance- ASE) em Paris. Ele fornece abrigo de emergência para os menores sob tutela legal. O principal objetivo do centro é fornecer apoio prático, educacional e psicológico a essas crianças e adolescentes.

O projeto apresentado, foi escolhido devido ao seu uso, institucional ser destinado tanto para o sexo feminino como masculino. Neste projeto serão analisados a disposição dos ambientes e como o programa de necessidades solucionou a questão do zoneamento para ambos os sexos e para as diferentes faixa etárias.

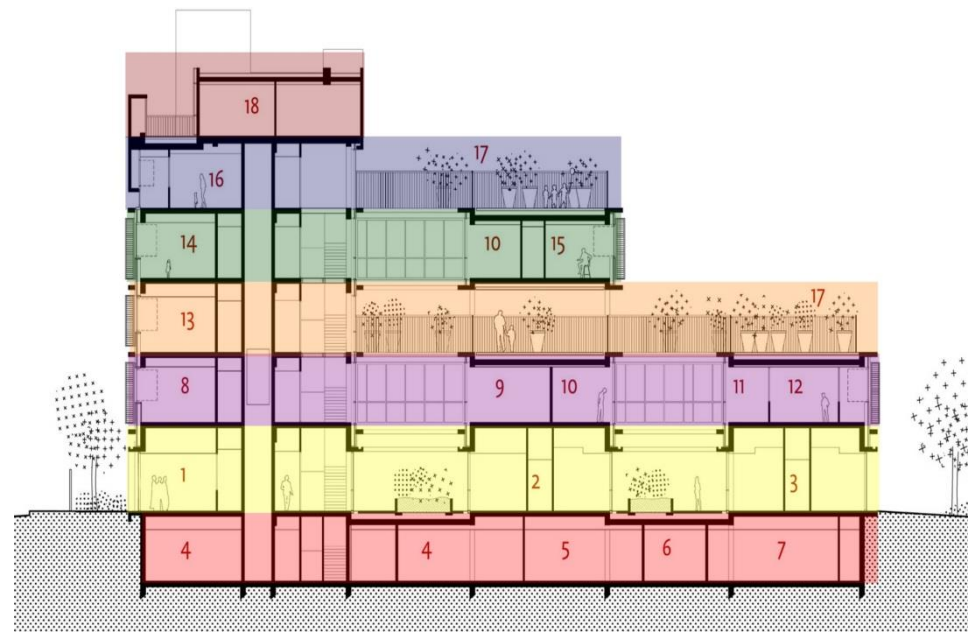
DADOS -

Localização: Paris, França.

Arquitetos: Marjan Hessamfar & Joe Verons architectes associes.

Ano Projeto: 2013

Área do Projeto: 5211m²



- Acesso, Área Técnica, Apoio
- Salas Atendimento, Administrativo
- Adolescente 12 a 18 anos, Dormitórios, Sala de Aula
- Crianças 3 a 6 anos, Dormitórios, Terraço
- Crianças 6 a 12 anos, Salas de Aula e Dormitórios
- Crianças 0 a 3 anos, Dormitórios, Terraço
- Prolongamento da Função

Imagem Corte Longitudinal – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily - Adaptado

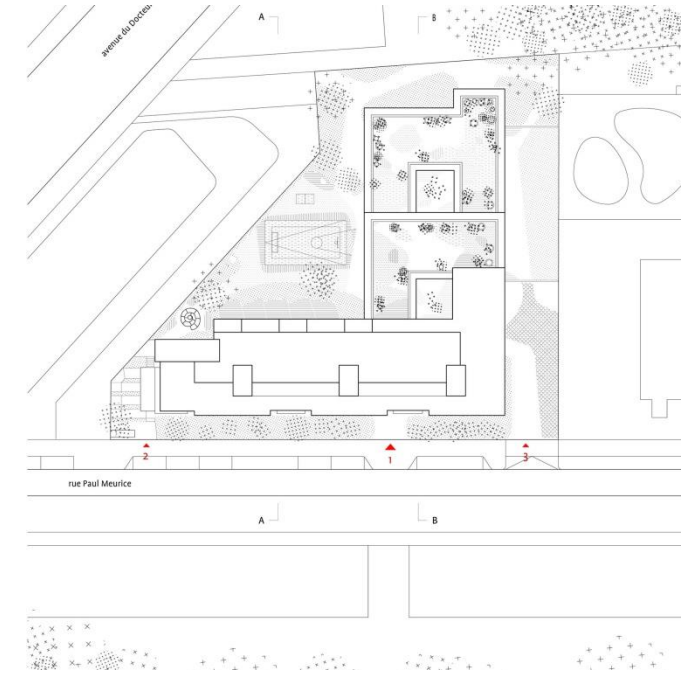


Imagem Apresentando principais acessos – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily

A construção é formada por sete pavimentos onde está dividido o programa, como é apresentado na legenda. Estando cada pavimento equipado adequadamente de espaços para atender a faixa etária específica daquele nível.

Neste projeto a separação das faixa etárias é realizada através do uso de diferentes pavimentos. Através das imagens desse projeto é notável a grande quantidade de espaços, o fato de haver ambientes destinados a educação torna o edifício semelhante aos antigos abrigos, perdendo a imagem de um espaço aconchegante, imagem de “lar”, que é elemento fundamental para um bom desenvolvimentos dos usuários.

Cada pavimento é uma unidade, o fato de todo o setor administrativo encontrar-se restrito, dificulta o contato das crianças com a parte administrativa, ponto positivo, pois as crianças não precisam ter acesso a esse setor.

Haviam duas grandes limitações no local. O núcleo do terreno está voltado para o Norte e o programa de arquitetura é altamente compacto.

Os arquitetos desenvolveram portanto, uma estrutura em L com diferentes níveis de piso no centro, oferecendo amplos terraços de lazer em cada andar.



Imagem Pátio/ Jardim – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily

Detalhamento das Plantas

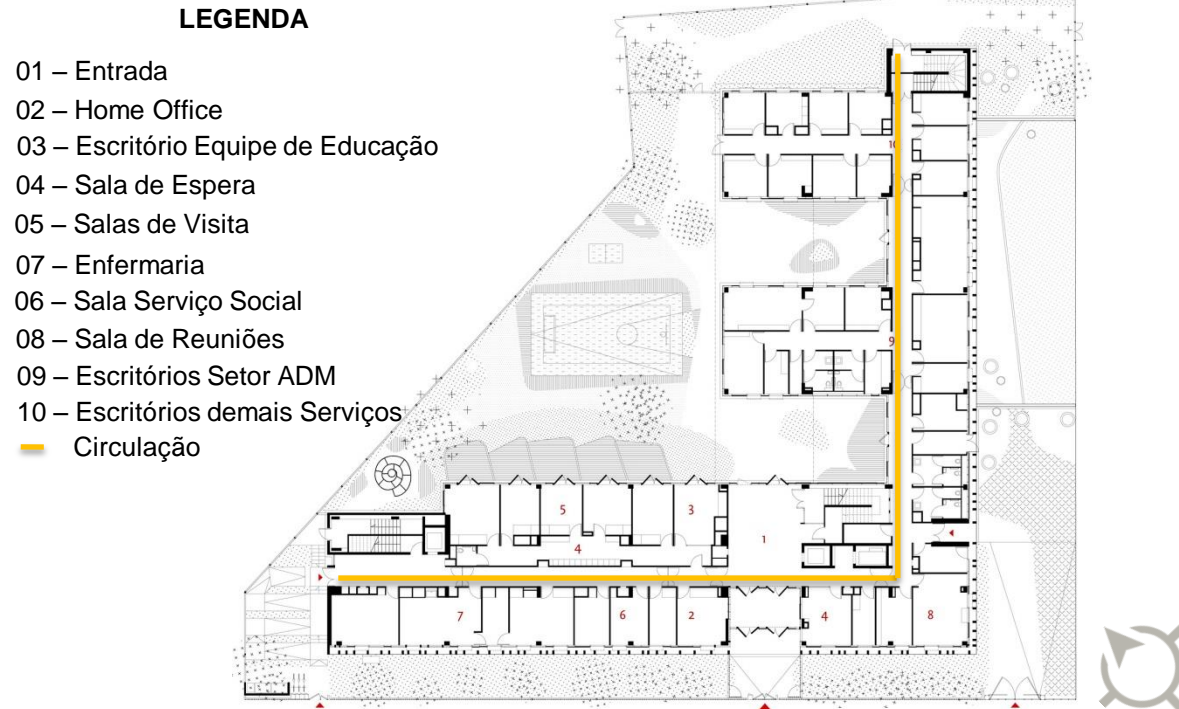


Imagem Planta Primeiro Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes
 Fonte: Archdaily - Adaptado

Observando as plantas do Projeto, pode-se notar a presença de grande quantidade de ambientes, porém cada andar consegue sanar as necessidades individuais dos usuários que ali irão conviver. A grande quantidade de cômodos acaba gerando corredores extensos.



Imagem Planta Terceiro Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes
 Fonte: Archdaily - Adaptado

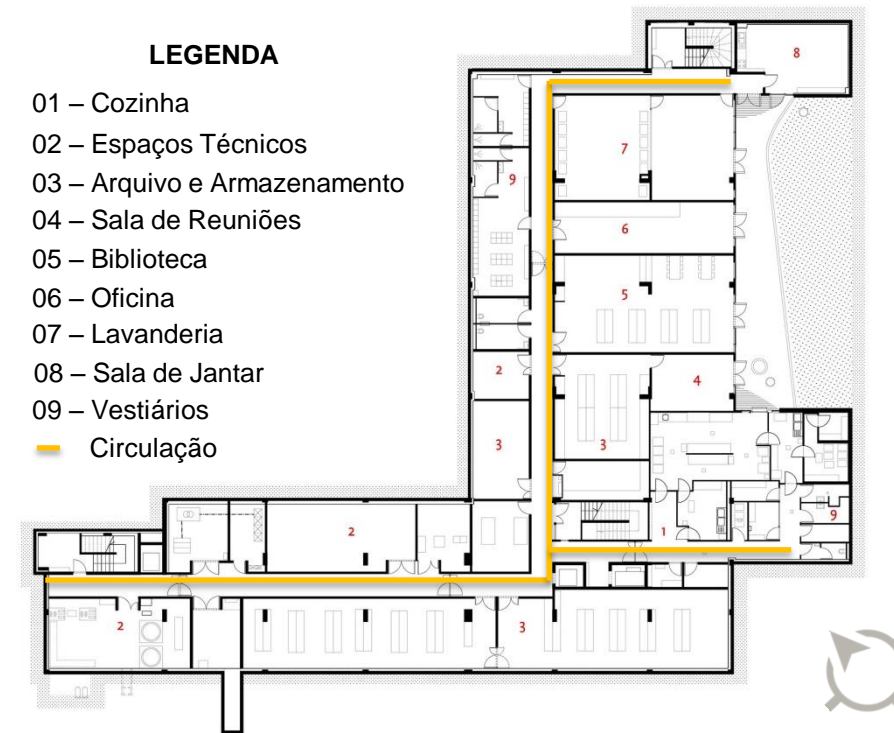


Imagem Planta Segundo Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes
 Fonte: Archdaily - Adaptado

LEGENDA

- 03 – Dormitórios 1 a 3 camas
- 04 – Banheiro
- 05 – Escritório Equipe Educativa
- 06 – Sala de Jantar
- 07 – Sala de Jogos
- 08 – Sala de Leitura
- 09 – Sala Psicologia
- 10 – Jardim de Infância
- 11 – Escritório
- 12 – Jardim Terraço
- Circulação



Imagem Planta Quarto Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily - Adaptado

LEGENDA

- 03 – Dormitórios 1 a 3 camas
- 04 – Banheiro feminino
- 05 – Banheiro masculino
- 06 – Escritório Equipe ADM
- 07 – Sala de Jantar
- 08 – Sala de Jogos
- 09 – Sala de Aula
- 10 – Miateca
- 11 – Escritório
- Circulação



Imagem Planta Quinto Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily - Adaptado

LEGENDA

- 02 – Unidade “Lutins”
- 03 – Unidade “Petit Mousse”
- 04 – Unidade “Bout’chou”
- 05 – Jardim de Infância
- 06 – Escritório Educador
- 07 – Sala de Auscultação
- 08 – Escritório Versátil
- 09 – Sala de Visitas
- 10 – Armários
- 11 – Espaço de Alimentação dos bebes
- 12 – Escritório
- 13 – Jardim Terraço
- Circulação



Imagem Planta Sexto Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily - Adaptado

LEGENDA

- 01 – Prolongamento da Função
- 02 – Corredor ao ar livre
- 03 – Projeção Telhado
- Circulação

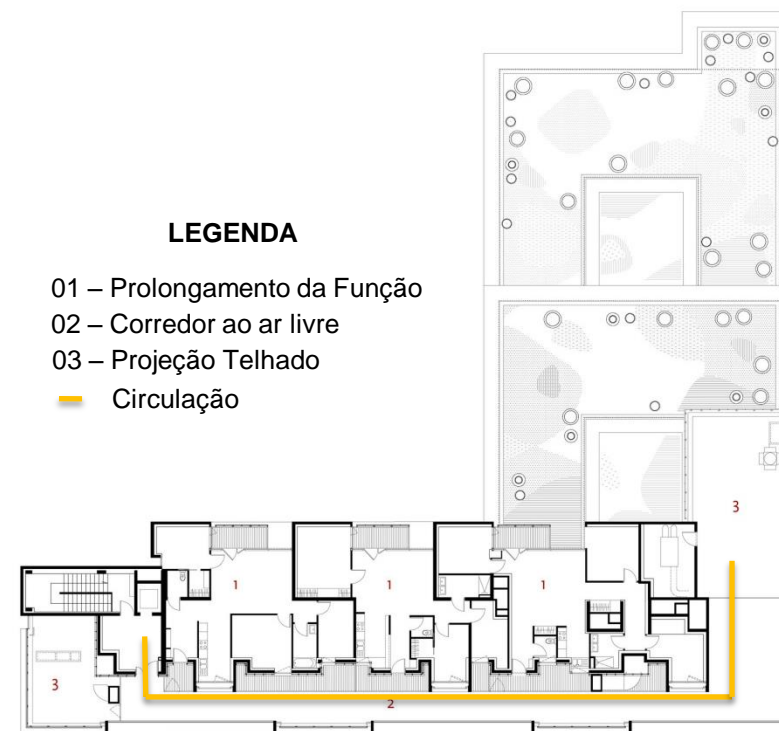


Imagem Planta Sétimo Pavimento – Centro de Bem-estar para Crianças e Adolescentes

Fonte: Archdaily - Adaptado

Moradias Infantis



Imagem Fachada Lateral – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily

O Projeto de uma escola com regime de Internato - Moradias Infantis, proposto pelos arquitetos está localizado em uma zona rural do município. A Instituição acolhe crianças e jovens, com idades entre 13 e 18 anos. A organização da Instituição esta dividida em duas vilas, uma feminina e outra masculina, munidas de espaços visando sanar as necessidades dos usuários

Neste referencial serão analisados, como no projeto anterior a disposição dos ambientes e o zoneamento das áreas privadas e sociais, que aconteceu através da separação do sexo masculino com o feminino.



Imagem Fachada – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily

DADOS -

Localização: Formoso do Araguaia,
Tocantins, Brasil.

Arquitetos: Aleph Zero e Rosenbaum

Ano Projeto: 2017

Área do Projeto: 23344 m²

LEGENDA

- 1 Vila Masculina
- 2 Vila Feminina
- 3 Rio Javaés

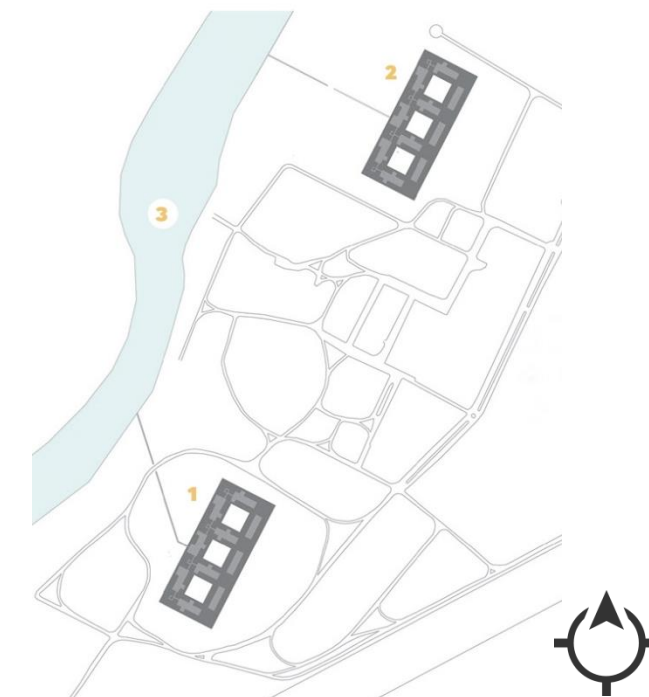


Imagem Planta de Situação – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily

“A imensidão do cerrado, a infinitude do céu e os saberes populares. É o contínuo, o vasto e uma tênue linha imaginária ao fundo que acolhem a jornada e os saberes dos brasileiros residentes na região central do país. A arquitetura lá proposta não poderia ser distinta de tal conformação. É a amplitude que nos toca aliada à beleza do povo que lá habita.” – EQUIPE DE PROJETO



Imagem Planta Primeiro Pavimento – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily - Adaptado

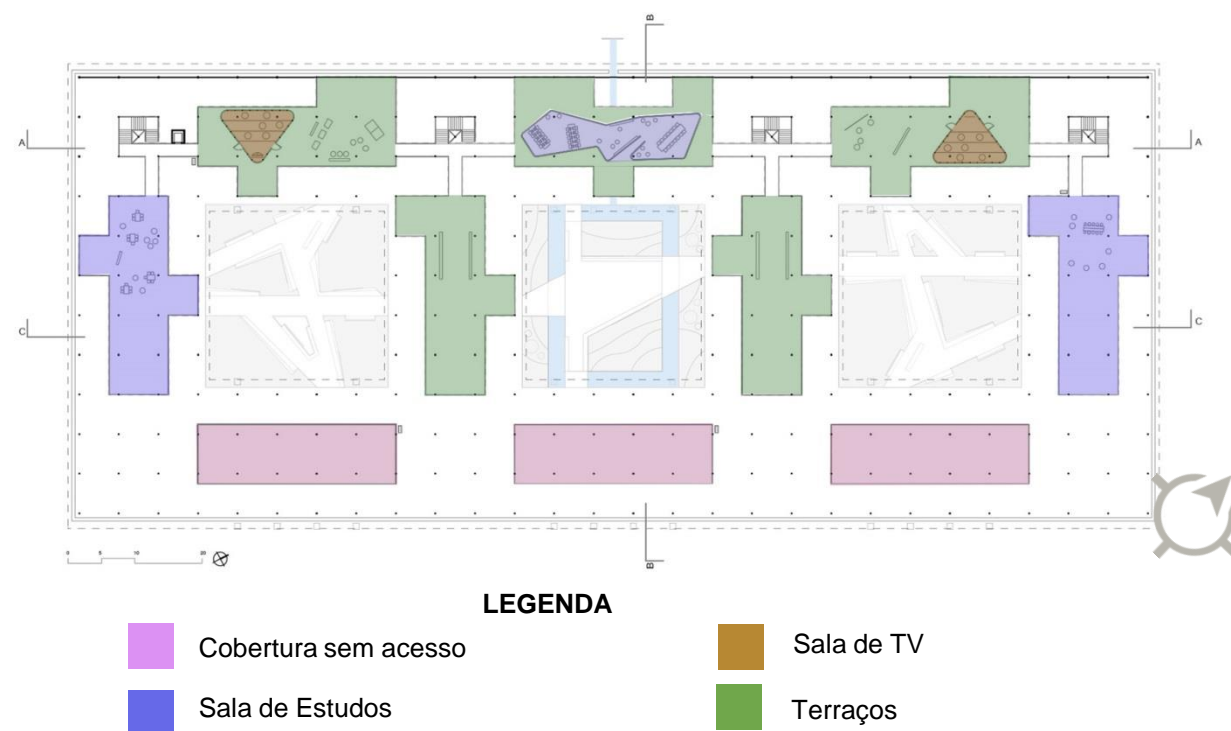


Imagem Planta Segundo Pavimento – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily - Adaptado

O zoneamento e a construção das duas vilas são idênticas. Como apresentados nas imagens os dormitórios ficaram no térreo, tendo as portas de acesso dos mesmos voltadas para os pátios centrais. Em um deles está presente um Espelho d'água que é alimentado pelas águas pluviais. O acesso ao segundo pavimento se dá por escadas e rampas que os interligam as salas suspensas. A utilização de beirais de 4 metros, e pé-direito de 8m em alguns pontos está relacionado as altas temperaturas da região.

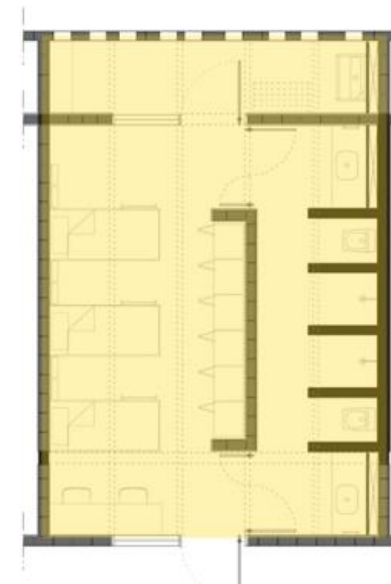


Imagem Layout Padrão – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily - Adaptado



Imagem Layout PNE – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily - Adaptado

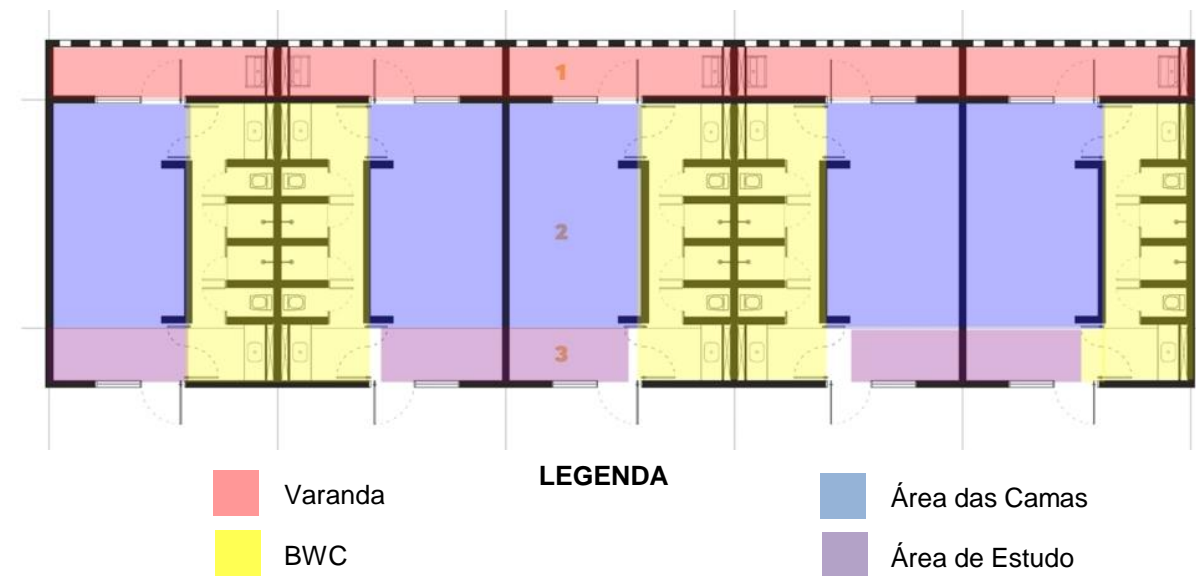
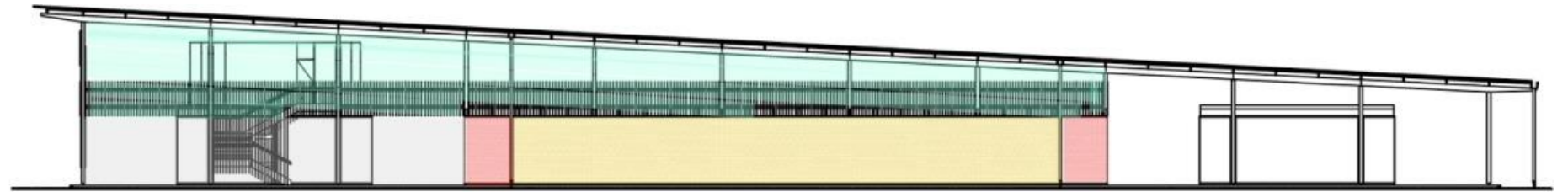


Imagem Módulo Padrão – Moradias Infantis

Fonte: Archdaily - Adaptado



Imagem Passarelas Internas – Moradias Infantis
 Fonte: Archdaily



LEGENDA

- | | | | |
|---|------------------------|---|---------------------------|
|  | Acesso ao 2º Pavimento |  | Espaços de Lazer |
|  | Varanda |  | Dormitórios Layout Padrão |

Imagem Corte Longitudinal – Moradias Infantis
 Fonte: Archdaily - Adaptado

A cobertura de uma única água, possui 5% de inclinação no sentido do Rio Javaés e está apoiada sobre 288 pilares. Os materiais utilizados se resumem a madeira laminada colada, devido a localização do projeto estar afastada de fornecedores de concreto, por exemplo. O fechamento dos dormitórios se deu através da utilização de alvenaria de adobe que foi produzida no local. A escolha dos materiais e das técnicas utilizadas não causou nenhum estranhamento com a paisagem do entorno, agregando maior identidade e familiarização das crianças com o novo lar. Para identificação dos dormitórios foram utilizadas pinturas através de grafismos indígenas nas portas.

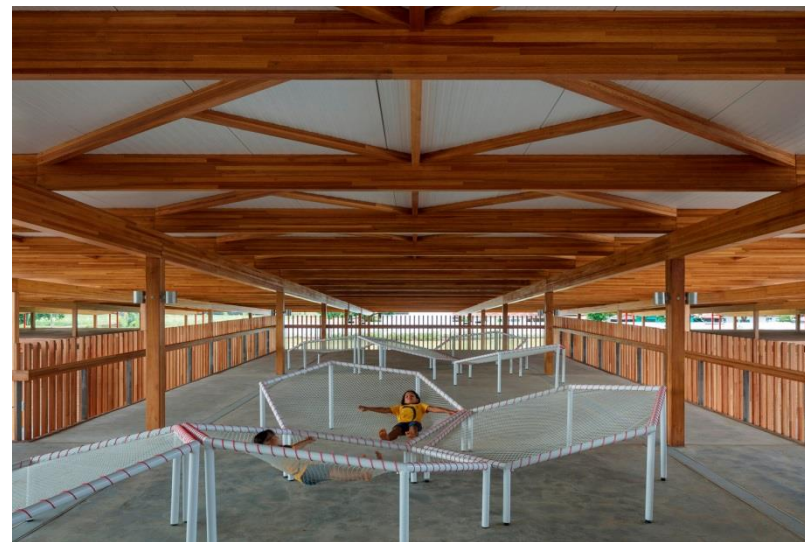


Imagem Redários Pavimento Superior – Moradias Infantis
 Fonte: Archdaily



Imagem Identificação nas portas dos Dormitórios – Moradias Infantis
 Fonte: Archdaily



Imagem Pátio Interno/ Central – Moradias Infantis
 Fonte: Archdaily

Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

DADOS -

Localização: Kerteminde, Dinamarca.

Arquitetos: CEBRA.

Ano Projeto: 2014

Área do Projeto: 1500 m²



Imagem Fachada – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily

A casa de acolhimento para crianças do futuro, recebe crianças e adolescentes que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade, em Kerteminde na Dinamarca. A semelhança da edificação com a Arquitetura tradicional de moradia será um dos aspectos a serem analisados além do zoneamento adotado para atender crianças de ambos os sexos e de diferentes faixa etárias.



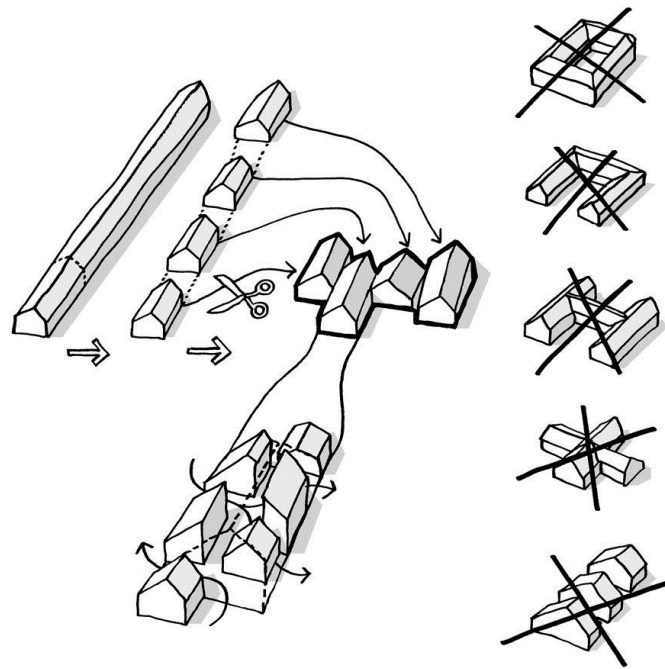
Imagem Acesso Principal – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily

A casa de acolhimento está localizada em um bairro residencial, tendo nas proximidades a presença de Igrejas e Centros para Idosos, demonstrando a tranquilidade do local.

O abrigo conta com quatro residências conectadas, buscou separar-se os grupos de residentes por faixa etária, visando oferecer a cada grupo a sensação de pertencimento e privacidade.

O acesso principal se dá pela unidade central, buscando oferecer aos cuidadores uma melhor visão de quem chega e sai da casa, as unidades destinadas a acolher as crianças menores estão voltadas para o jardim, as unidades dos adolescentes estão voltadas para a rua, incentivando os mesmos a participar de atividades sociais.



O modelo da casa, segue o estilo das residências presentes nas proximidades, estilo Dinamarquês, casa retangular com telhados duas águas e sótão. Uma forma muito comum a imagem de casa/ lar utilizados pelas crianças.

A distribuição final se forma a partir de quatro residências conectadas, buscando evitar a presença de grandes corredores, os ambientes foram separados e comprimidos. Assim cada faixa etária possui seu próprio espaço.

Os setores administrativos, áreas para os cuidadores e alguns dormitórios estão localizados no sótão da residência central, buscando oferecer aos mesmo maior visibilidade sobre as crianças. O fato das residências estarem conectadas permite aos trabalhadores estarem sempre próximo de todos.

Imagem Estudo para definição da Forma do edifício – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily



Imagem Setorização Planta Térreo – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: DomusWeb - Adaptado

LEGENDA

- Dormitórios
- Banheiros
- Sala de Jantar
- Sala de Estar
- Cozinha
- Sala de Estudos
- Área de Serviço
- Cinema/ Teatro
- Acesso verticais
- Circulação



Imagem Setorização Planta Pavimento Superior – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: DomusWeb - Adaptado



Imagem Entorno – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily



Imagem Interna do sótão – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily

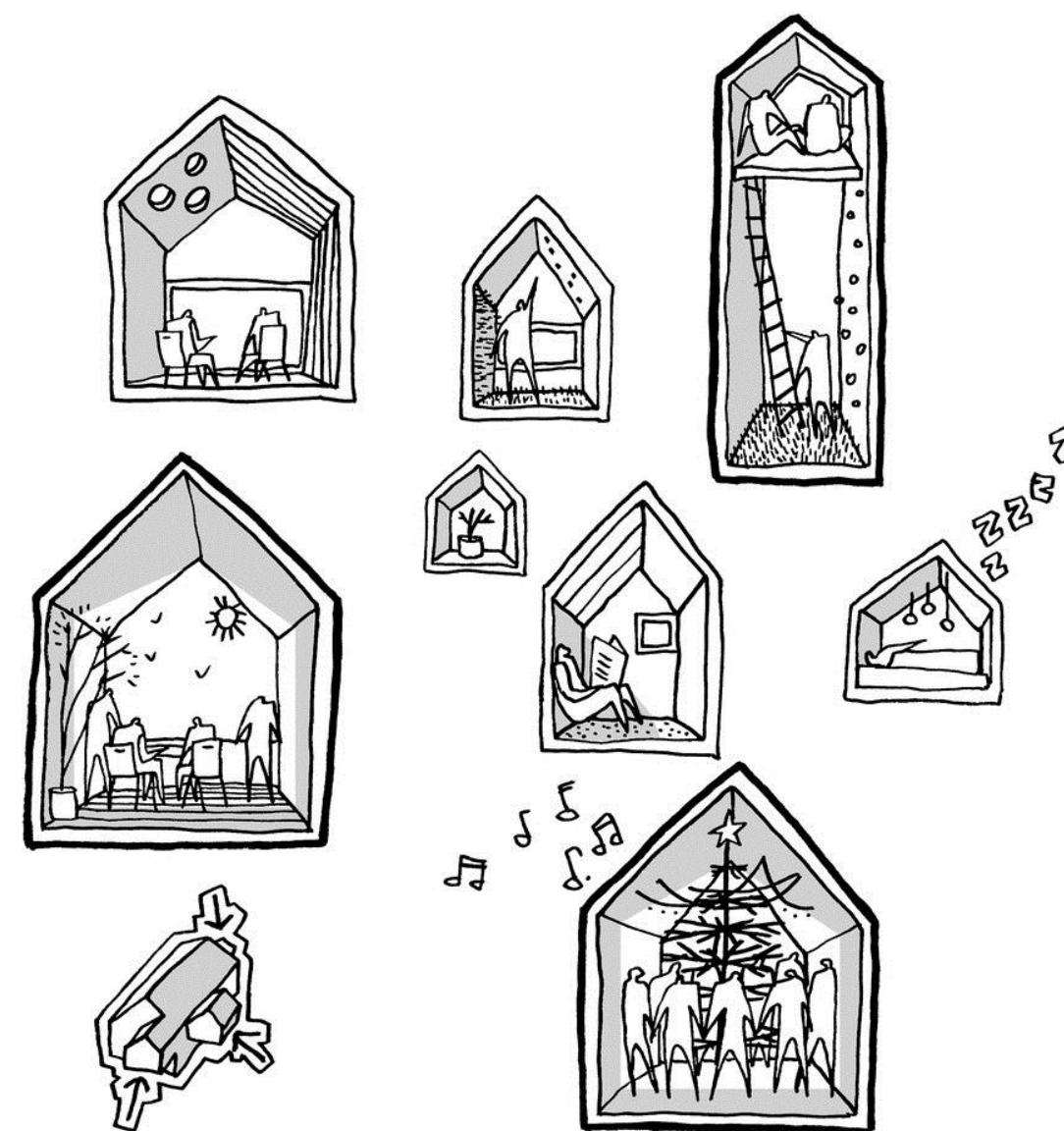


Imagem Entorno – Casa de Acolhimento para Crianças do Futuro

Fonte: Archdaily

Os diferentes perfis do sótão, permitem a variação dos usos do espaço que podem ser para leitura, ambientes para assistir a filmes, sala para a realização de deveres escolares, espaços para atos festivos, dentre outros usos, essa variação de usos permite que as próprias crianças decorem o ambiente de acordo com o evento.

Capítulo 5 – Proposta de uma Unidade de Acolhimento Institucional



A Proposta

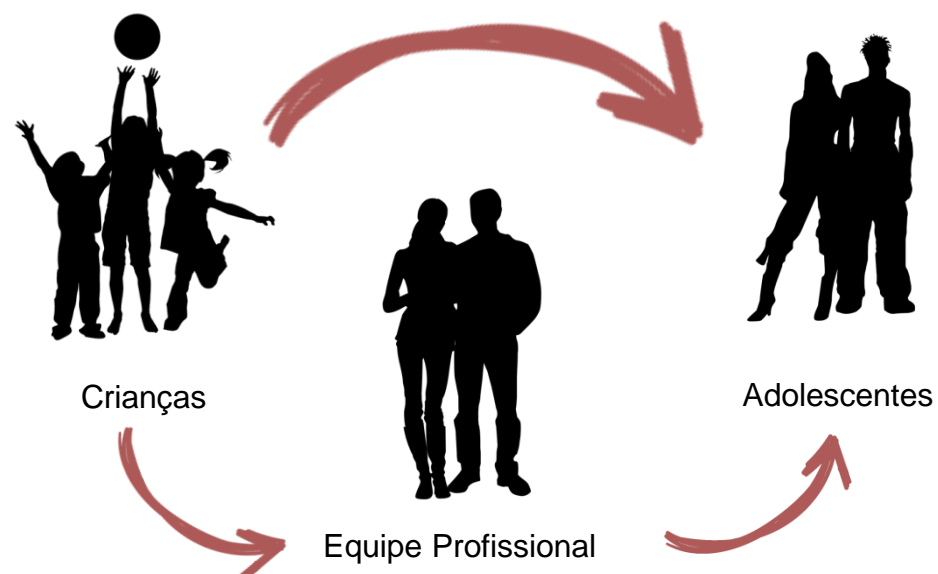
Através da pesquisa, dos referenciais programáticos e das características do Terreno apresentadas, serão expostas as diretrizes que nortearão o projeto de uma Unidade de Acolhimento Institucional.

A finalidade da Proposta é elaborar um projeto de uma residência que atenda as necessidades dos usuários, lhes garantindo segurança e conforto enfatizando a utilização de meios afim de estimular um desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes.

A importância de se desenvolver espaços adequados, destinados ao acolhimento de Crianças e Adolescentes que se encontram em situação de abandono, ou que estejam sob tutela do Juizado de Menores, durante o período da formação da Identidade.

A proximidade do Terreno com Instituições de Ensino e Espaços de Lazer foram pontos que somados a Proposta, visam além de oferecer conforto ambiental estimular a socialização dos mesmos.

Após a definição da localização do Projeto e escolha do Terreno, foram feitas algumas análises afim de conhecer melhor as características e necessidades dos usuários que serão divididos em três grupos distintos.



Crianças

Crianças entre 0 e 12 anos, necessitam de espaços dos quais os cuidadores e auxiliares tenham total visão das atividades que estão sendo desenvolvidas. Há um cuidado com a questão da segurança, desde a disposição do mobiliário até a localização e dimensão dos cômodos. O acesso e contato ao meio externo é de extrema importância para esse grupo. A acessibilidade aos ambientes é outro fator que deve ser analisado adequadamente, evitando a entrada em algumas áreas que possam colocar em risco a segurança dos mesmos, e permitindo quando necessário o contato em áreas de convívio social, evitando a utilização de degraus.

Adolescentes

Para essa faixa etária as questões de privacidade são as mais importantes, juntamente com o espaço externo incentivando a socialização com a vida fora da Unidade de Acolhimento. A presença de uma identidade do local auxiliará no desenvolvimento da identidade dos adolescentes. A ambiência e habitabilidade dos ambientes serão definidas afim de proporcionar conforto e aconchego aos usuários.

Equipe Profissional

A equipe profissional composta desde os profissionais da Área Institucional como também pelos funcionários que auxiliaram na manutenção e cuidado da casa, necessitam de espaços e equipamentos adequados para as respectivas atividades a serem desenvolvidas.

Programa de Necessidades

Tendo como base a Cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Brasília, 2009. O Programa de Necessidades foi elaborado afim de abrigar 20 usuários, número máximo permitido para uma Unidade de Acolhimento Institucional. Com área total aproximada de 628m² a Unidade terá estrutura para receber os acolhidos com idades entre 0 e 18 anos, do sexo masculino e feminino. Como apresentado a seguir:

Programa de Necessidades e Dimensionamento das áreas

Acesso/ Administrativo	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Hall/ Recepção	01	01	10	10
Lavabo	-	01	04	04	
ÁREA TOTAL					14

Apoio	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Estacionamento	-	03	14	42
	Reservatório de Água	-	01	10	10
	Depósito de Lixo	-	02	04	08
	Central de Gás	-	01	06	06
ÁREA TOTAL					66

Serviços	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Cozinha	02	01	20	20
	Dispensa Alimentos	02	01	08	08
	Depósito de Limpeza (DML)	01	01	04	04
	Depósito de Equipamentos	01	01	04	04
	Lavanderia	01	01	15	15
ÁREA TOTAL					51

Convivência	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Sala de Jantar / Copa	32	01	40	40
	Sala de Estar	32	01	40	40
	Ambiente para Estudo	20	01	20	20
	BWC Usuários	20	04	05	20
	BWC Cuidadores	10	02	05	10
	BWC Funcionários	02	01	05	05
	Brinquedoteca	20	01	20	20
ÁREA TOTAL					155

Institucional	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Sala equipe técnica	02	01	12	12
	Sala Atendimento Individualizado	02	01	10	10
	Sala de coordenação / atividades administrativas	01	01	20	20
	Sala para Reuniões	11	01	30	30
	Sala de Visitas	05	01	12	12
ÁREA TOTAL					84

Íntima	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Dormitórios	20	06	24	144
	Dormitório 0 - 02 anos	04	01	24	24
	Dormitório Cuidadores	05	02	20	40
ÁREA TOTAL					208

Área Externa	Ambiente	Usuários	Quant.	M ²	M ² Total
	Quintal, jardim	20	-	-	-
	Garagem	-	01	50	50
ÁREA TOTAL					50

ÁREA TOTAL					628M²
-------------------	--	--	--	--	-------------------------

Lotação Máxima de crianças e adolescentes	Equipe Profissional Mínima	
20	Coordenador	01
	Equipe Técnica	02
	Educadores/Cuidadores	03*
	Auxiliar de Educador	02*
	Cozinheiro/Serviços Gerais	02

* Número de Profissionais por turno.

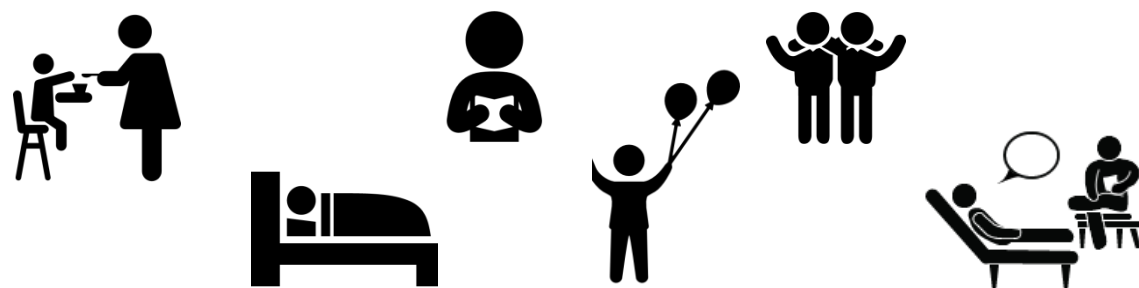
* Número de Profissionais que atendam quando necessário 01 usuário com demandas específicas.

Características e Ações

A casa deve atender as necessidades dos acolhidos, possuindo características básicas de uma residência, buscando oferecer aos usuários uma experiência o mais próximo possível ao de um lar tradicional.

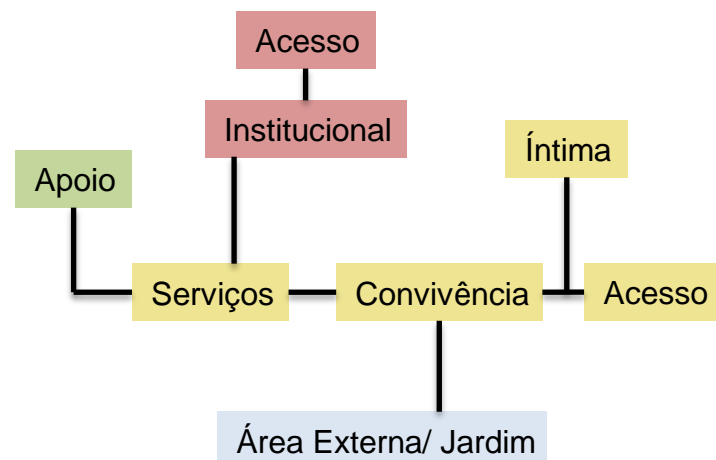
A residência deve estar acessível a qualquer criança ou adolescente portador de necessidades especiais.

As seguintes ações serão realizadas na Casa pelos usuários.



Organograma

Com base nas Características e Necessidades citadas anteriormente, foi desenvolvido o Organograma.

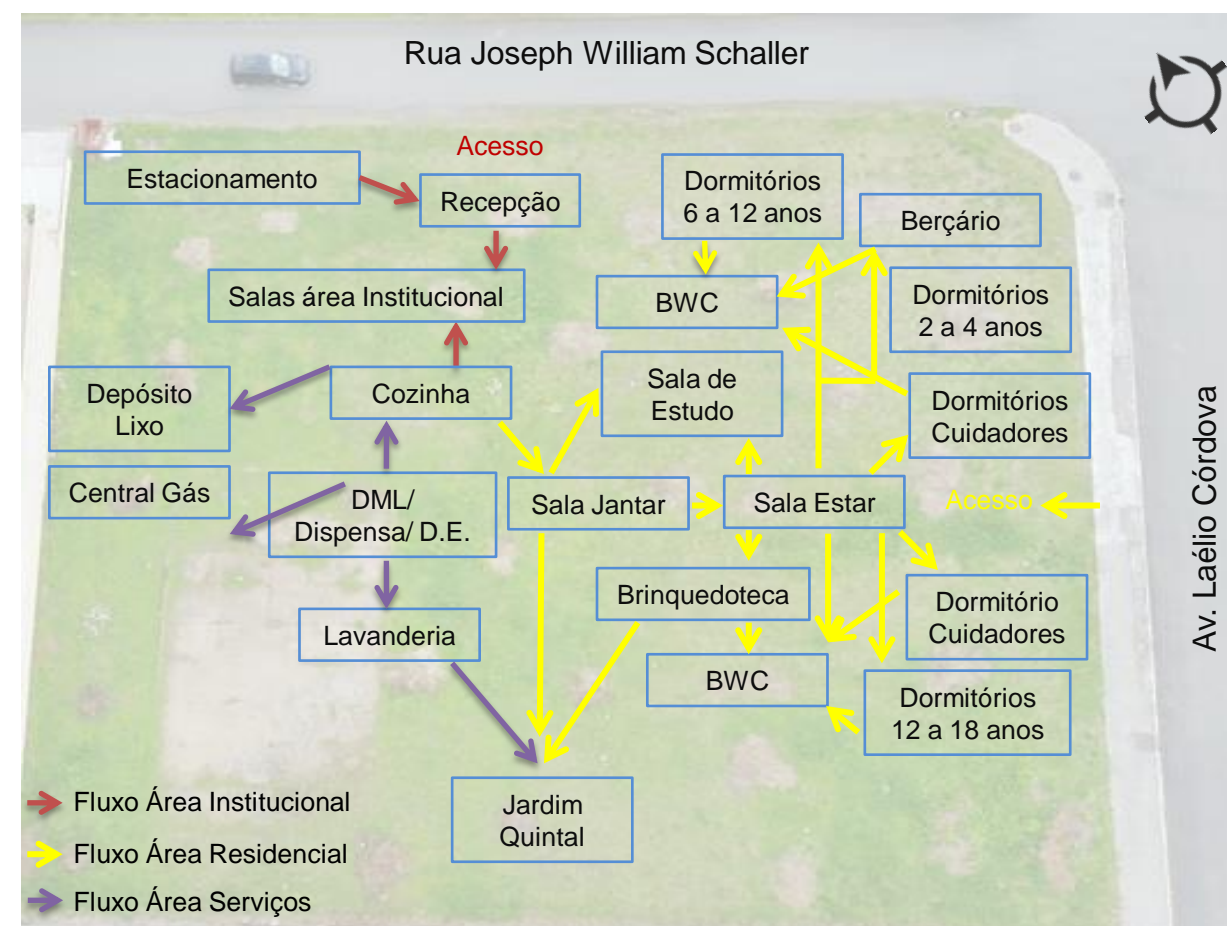


Organograma

Fonte: Desenvolvido pela autora - 2018

Fluxograma

A fim de apresentar os fluxos e circulações entre os cômodos da Unidade, foi desenvolvido o Fluxograma, como é apresentado na imagem a seguir.



Fluxograma

Fonte: Desenvolvido pela autora - 2018

Setorização

A Setorização foi realizada levando em consideração fatores ambientais como orientação solar e ventilação afim de oferecer as crianças e adolescentes ambientes agradáveis e confortáveis.

Pelo fato das crianças não precisarem ter acesso ao Setor Institucional para acessarem a residência, a proposta apresentada é formada por dois acessos: O primeiro pela Rua Joseph William Schaller destinado a área Institucional pelo fato da rua possuir mais usos comerciais, e o segundo pela Av. Laélcio Córdova por onde se dará o acesso a área Residencial, por possuir uso residencial predominante.

As áreas de convivência foram centralizadas buscando oferecer aos cuidadores e funcionários maior visibilidade dos acolhidos.

A setorização dos dormitórios se formou a partir de divisão por faixa etária e sexo. Ficando divididos da seguinte maneira:

Ala Infantil 1 = Berçário Idade entre 0 e 2 anos de idade

Idade entre 2 e 3 anos de idade

Idade entre 3 e 6 anos de idade

Ala Infantil 2 = Idade entre 6 e 12 anos de idade

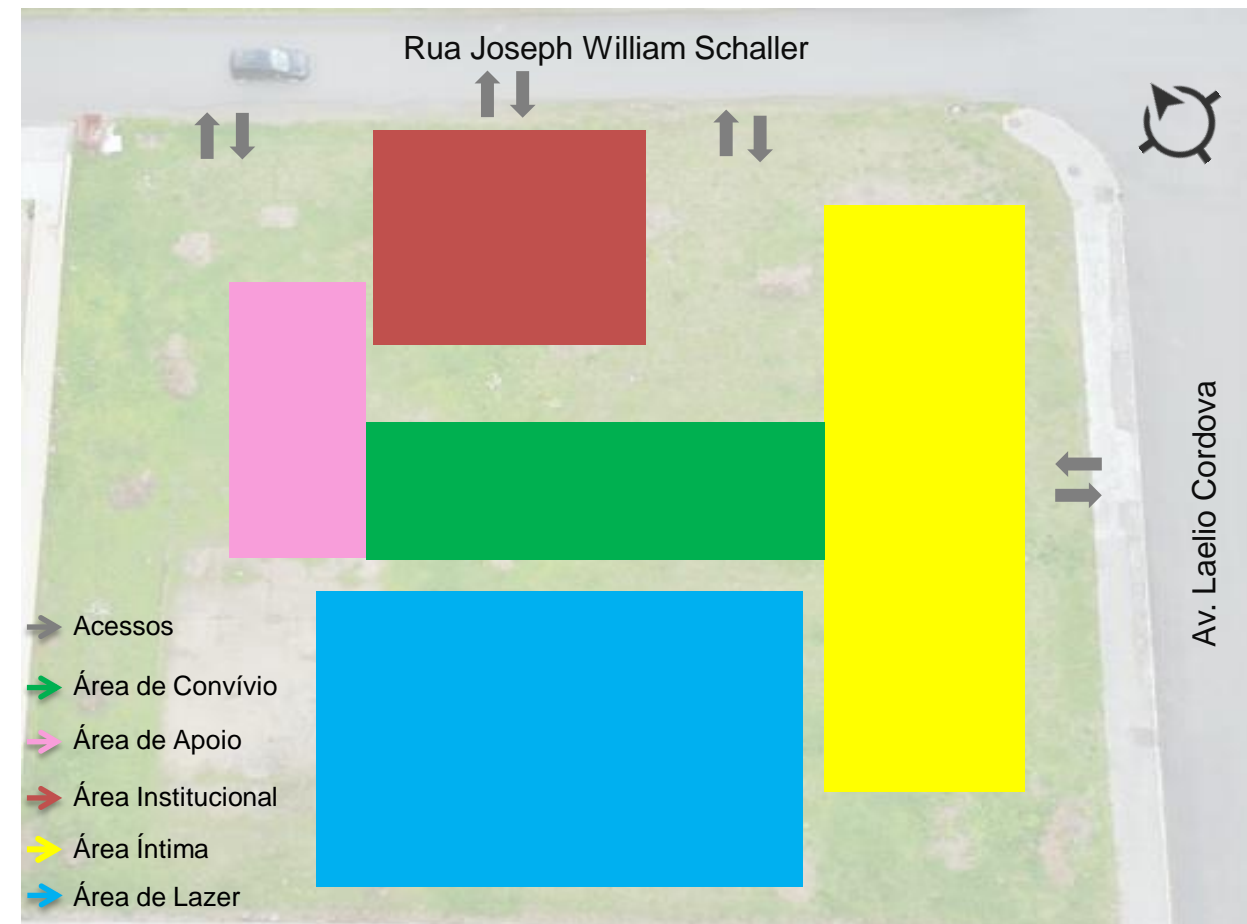
*** Com Dormitório Feminino e Masculino**

Ala Adolescente = Idade entre 12 e 18 anos de idade

*** Com Dormitório Feminino e Masculino**

No jardim e espaço de Lazer ao ar livre estão presentes vegetações afim de estimular o contato das crianças e adolescentes com a natureza, esse espaço ficou localizado próximo as áreas de convívio buscando novamente oferecer melhor visibilidade aos cuidadores.

As áreas de apoio e serviço estão centralizadas com relação a área Residencial e Institucional buscando oferecer suporte a ambos.



Zoneamento

Fonte: Desenvolvido pela autora - 2018

Estudos de Volumetria

Como já citado, a residência deve possuir características que a assemelhem as moradias tradicionais buscando não enaltecer o uso da mesma. Buscando utilizar as particularidades do uso - residencial, técnicas construtivas e materiais presentes e comuns a região, os materiais foram definidos buscando gerar pouca manutenção, segurança e conforto aos acolhidos e funcionários que utilizarão a “Casa”. Os principais materiais utilizados serão Madeira, Vidro e Concreto.

Madeira – A madeira como principal material será utilizado por ser de fácil acesso na região, além de transmitir uma sensação de aconchego e acolhimento, a mesma é um ótimo isolante térmico o que pode contribuir para deixar a casa em temperatura neutra nos períodos mais frios do ano.

Vidro – O vidro garantirá iluminação natural aos cômodos, o contato visual e a interação dos moradores com o exterior estimularão o convívio social, além de dar um toque moderno a edificação.

Concreto - O concreto associado aos demais materiais já citados, será utilizado empregando papel de âncora à edificação, transmitindo sensações de proteção e modernidade.

As imagens a seguir apresentam a intenção da utilização dos materiais citados e alguns aspectos formais que caracterizarão a casa ao seu uso – Residencial.



Referencial de Materiais
Fonte: Google Imagens



Vidro nas esquadrias
permitindo iluminação natural

Aspectos Volumétricos

Seja de uma água, duas, três, quatro águas, sobreposto, o modelo de cobertura caracteriza muito o uso do espaço para as crianças, basta analisar os desenhos infantis. A presença de uma cobertura independente do modelo será utilizado justamente para causar essa sensação de reconhecimento das crianças e adolescentes com a imagem de casa.



Desenhos Infantis
Fonte: Google Imagens

Observando os desenhos infantis é possível notar a presença de elementos característicos como o telhado citado anteriormente, outro elemento comum nos desenhos é o chaminé e o acesso principal sempre bem marcado e de fácil reconhecimento.



Referencial Volumétrico
Fonte: Google Imagens

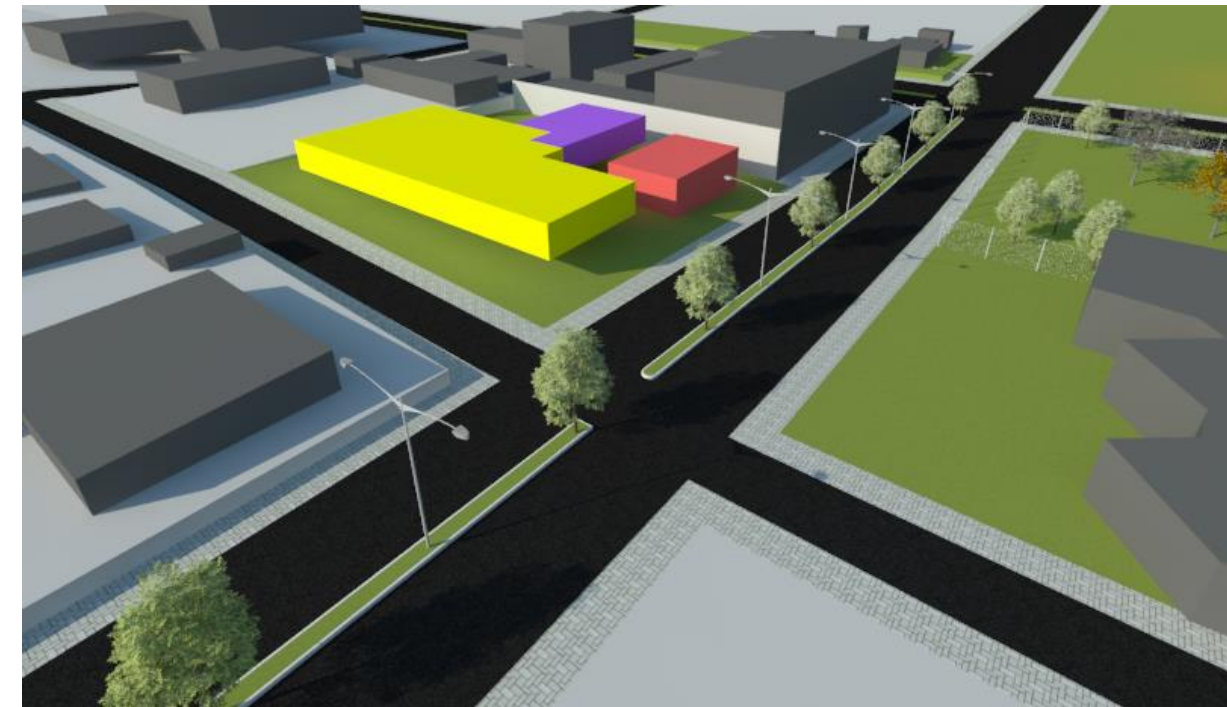


Referencial Volumétrico
Fonte: Google Imagens

Relação da Volumetria com o Entorno

A locação do projeto será proposta levando em consideração a declividade natural que o terreno possui, sendo necessário somente alguns ajustes como a realocação de terra permitindo um melhor aproveitamento do solo.

Como apresentado anteriormente no zoneamento e nos estudos de volumetria a proposta busca contextualizar com a Arquitetura presente no entorno do Terreno, evitando causar estranhamento aos observadores e moradores.

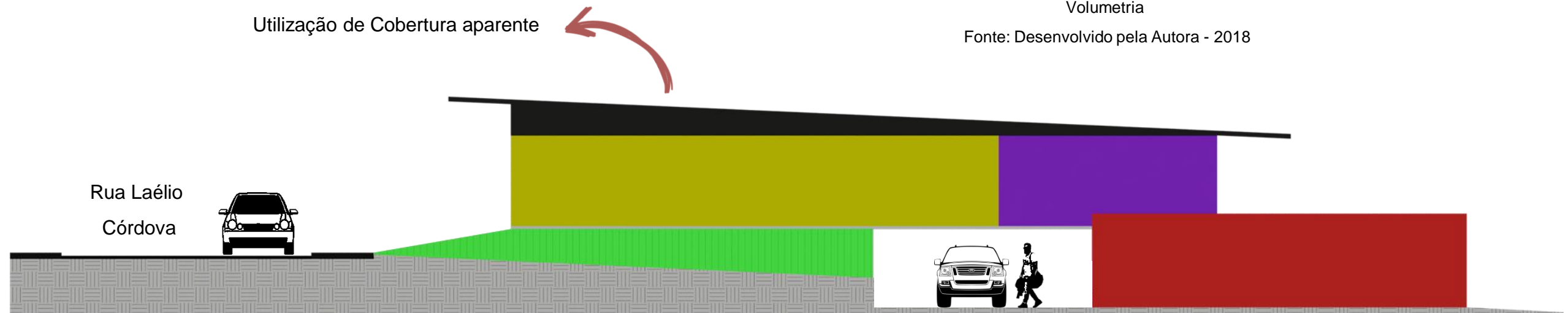


LEGENDA

- Área Íntima e Social
- Área Institucional
- Área de Serviço e Apoio

Volumetria

Fonte: Desenvolvido pela Autora - 2018



Corte Esquemático

Fonte: Desenvolvido pela autora - 2018

Conclusão

No processo de elaboração desta proposta, de uma Unidade de Acolhimento Institucional para o município de Otacílio Costa, muitas foram as interrogativas, onde o uso de livros, entrevistas com pessoas adequadas ao tema proposto e outras iniciativas agregaram e muito para o desenvolvimento deste trabalho.

Pode-se afirmar que houveram melhorias com o passar dos anos no que diz respeito ao acolhimento de Crianças e Adolescentes, tanto no Brasil como no Mundo todo. Porém essas mudanças acontecem de forma de lenta e nem sempre são acessíveis a todos.

Se o assunto se refere ao Ser Humano na forma de crianças muitas vezes somos tomados pela compaixão, o que nos impulsiona a dar ou fazer o melhor que há em nós.

Proporcionar através da Arquitetura um espaço onde as mesmas possam se sentir seguras e acolhidas oferecendo conforto, alimentação, lazer, somado ao mais importante que é o sentimento de amor, carinho e atenção, resultará na formação de um elo, resgatando e garantindo um presente e futuro digno aos ali conviverem.

Referências

Referências

CAVALCANTE, C.I.L; MAGALHÃES,C.M.C; PONTES,R.A.F. Abrigo para crianças de 0 a 6 anos: um olhar sobre as diferentes concepções e suas interfaces. Revista Mal-estar e Subjetividade. Fortaleza, Vol: VII, Nº 2,Setembro, 2007.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente. Florianópolis, 2008.

BACHELARD, Gaston. A Poética do Espaço. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

ALMEIDA, Maristela Moraes de. Análise das Interações entre Homem e o Ambiente – estudo de caso em agência bancária. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1995.

MALARD, Maria Lucia. Brazilian Low Cost Housing: interactions and conflicts between residents and dwellings. Tese de doutorado apresentada ao Department of Architectural Studies: University of Sheffield, 1992.

COHEN, Simone Cynamon. Habitação saudável e ambientes favoráveis à saúde como estratégia de promoção da saúde, 2006.

Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n1/18.pdf>>Acesso em: 22 março 2018.

VENANCIO, Renato Pinto. MARCÍLIO, Maria Luiza. História Social da criança abandonada. Revista brasileira de História, São Paulo , v. 19, n. 37, Setembro 1999 .

Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 25 maio 2018.

JESUS, Maurício Neves. Adolescente em conflito com a lei: prevenção e proteção integral. Campinas: Servanda, 2006.

BRASÍLIA. Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, Brasília, Junho, 2009.

Conselho Nacional de Justiça - <http://www.cnj.jus.br/cnca/publico/> Acesso em 10 abril. 2018.

BRASÍLIA. Resolução nº 71/2011, Relatório da Infância e Juventude : Um olhar mais atento aos serviços de acolhimento de crianças e adolescentes no País, Brasília, Conselho Nacional do Ministério Público, 2013.

MUSSEN, P. H; CONGER, J. J; KAGAN, J; HUSTON, A.C. Desenvolvimento e Personalidade da Criança. Editora HARBRA. São Paulo, 2001.

DELDIME, Roger; VERMEULEN, Sonia. O Desenvolvimento Psicológico da Criança. Educar. Bauru; São Paulo, 1999.

PIAGET, J.; BÄRBEL, I. A psicologia da criança. Trad. Octavio M. Cajado. Editora ASA. São Paulo: Difel, 1968.

ALMEIDA, Maria Elisa GrijóGuahyba de; PINHO, Luís Ventura de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. Psicologia Clínica, v. 20, n. 2, Rio de Janeiro, 2008.

BRASIL. Código penal. Código de Menores Decreto nº17 943-A de 12 de outubro de 1927. São Paulo: Saraiva, 1970.

COUTO, Inalda Alice Pimentel; MELO, Valéria Galo. Reconstruindo a história do atendimento à infância no Brasil. 1998. In: OLIVEIRA, Josiane Toledo. O CÓDIGO DE MENORES MELLO MATTOS DE 1927: A Concepção de Menor e de Educação no Período de 1927 a 1979. Londrina, 2014.

Lei 8.069 de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Disponível em [HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm) - Acesso em: 06 junho 2018.

GOMES, Ilvana Lima Verde. A criança e seus direitos na família e na sociedade: uma cartografia das leis e resoluções. Revista Brasileira de Enfermagem – REBEn. Brasília, 2008. Disponível em: . Acesso em: 02 junho 2018.

Site Município de Otacílio Costa - < <http://www.otaciliocosta.sc.gov.br/> > - Acesso em: 28 junho. 2018.

ARCHDAILY. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br> > - Acesso em 30 junho. 2018.

DOMUSWEB. Disponível em : < <https://www.domusweb.it/it/home.html> > - Acesso em 30 junho. 2018.

CLAUBERG, Brunna Casa. Educação Ambiental. O parque como instrumento para um desenvolvimento sustentável. 2017. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Arquitetura e Urbanismo, Centro Universitário Unifacvest, Lages, 2017.

SANTOS, Maria Thereza Oliveira. Casa Lar para Meninas. 2016. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de Uberaba, Uberaba, 2016.



LAGES
2018